

REVISTA

# FACTO

**ABIFINA** 

Publicação da Associação Brasileira  
das Indústrias de Química Fina,  
Biotecnologia e suas Especialidades

SET-DEZ 2023 ■ NÚMERO 73 ■ ANO XVII

ISSN 2623-1177

## NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

### SUSTENTABILIDADE VIRA PEÇA-CHAVE

### NO QUEBRA-CABEÇA DO DESENVOLVIMENTO

ARTIGO

06



ENTREVISTA

10



ARTIGO

32





Cada conquista  
reflete nosso  
compromisso  
com a vida!

No último ano, a Nortec Química **fortaleceu seus laboratórios, investindo mais de R\$ 30 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento**, além do Controle de Qualidade. Firmamos uma **parceria estratégica com a Fiocruz** para desenvolver um novo método de produção do benznidazol, essencial no tratamento da doença de Chagas.

**A inauguração do Kilolab para drogas de alta potência** marcou um avanço importante, e a **construção do novo prédio administrativo** simboliza nosso compromisso crescente com a excelência.

Cada conquista reflete nossa paixão pela inovação e a determinação em impactar positivamente através da ciência.



CONSULTE-NOS PARA  
DESENVOLVIMENTOS  
CUSTOMIZADOS



NORTEC QUÍMICA

[nortecquimica.com.br](http://nortecquimica.com.br)

//CORPO DIRIGENTE

CONSELHO ADMINISTRATIVO

**Presidente**

Marcus Soalheiro (NORTEC QUÍMICA)

**Vice-presidentes**

- 1º Vice-presidente - Sergio Frangioni (BLANVER)
- 2º Vice-presidente - Jorge Mendonça (FARMANGUINHOS)
- Vice-presidente de Planejamento Estratégico - Juliana Megid (EMS)
- Vice-presidente de Prop.Intelectual & Inovação - Dante Alarico Junior (BIOLAB)
- Vice-presidente p/ Assuntos Governamentais e Acesso - Odilon Costa (CRISTÁLIA)
- Vice-presidente Agroquímico - Thais Balbao Clemente (OUROFINO AGROCIÊNCIA)
- Vice-presidente da Cadeia Química - Nelson Ferreira C. Júnior (PRATI-DONADUZZI)
- Vice-presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen (CENTROFLORA)
- Vice-presidente de Biotecnologia - Akira Homma (BIO-MANGUINHOS)
- Vice-presidente Farmacêutico - Marcelo Hahn (BLAU)

**Diretores**

- Diretor de Comércio Exterior - Walker Lahmann (EUROFARMA)
- Diretora de Propriedade Intelectual & Inovação - Amanda Lobarto Gimenez (LIBBS)
- Diretor do Regulatório Farmo - Roberto Altieri (BLAU)
- Diretora p/ Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke (CENTROFLORA)

CONSELHO GERAL

- Fausto Terra (OUROFINO SAÚDE ANIMAL)
- José Leôncio da Cunha Filho (ITF)
- Maurício Zuma Medeiros (BIO-MANGUINHOS)

CONSELHO FISCAL

- Cláudio Picolli (CRISTÁLIA)
- Renato Maziero (BLANVER)
- Weirsson Viana de Araújo (NORTEC QUÍMICA)

CONSELHO CONSULTIVO

- |                        |                          |
|------------------------|--------------------------|
| Alberto Mansur         | Karin Bruening           |
| Athayde Júnior         | Lélio Maçaira            |
| Eduardo Eugenio Gouvêa | Luiz Borgonovi           |
| Fernando Sandroni      | Marcos Henrique Oliveira |
| José Correia           | Pedro Wongschowski       |
| José Temporão          | Telma Salles             |

**Presidente de Honra**

Nelson Brasil de Oliveira (in memoriam)

**Presidente-executivo**

Antonio Carlos da Costa Bezerra

//EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Luciana Bitencourt - luciana.bitencourt@abifina.org.br  
 Matéria Sípíd: Luana Rocha  
 Assistente de Produção: Lucielen Menezes  
 Revisão: Tamara Menezes  
 Projeto Gráfico: Scriptório Comunicação  
 Arte e Diagramação: Conceito Comunicação - www.conceito-online.com.br  
 Impressão: Aerographic  
 ISSN 2526-1177

ASSOCIADOS

BioChimico - Biolab - Bio-Manguinhos - Blanver - Blau Farmacêutica  
 Companhia Brasileira de Lítio - Cristália - EMS - Eurofarma  
 Fábrica Carioca de Catalisadores - Farmanguinhos - Globe Química - Gross  
 Grupo Centroflora - IBMP - ITF Chemical - Instituto Vital Brazil -  
 Libbs - Microbiológica - Nortec Química - Ourofino Saúde Animal -  
 Ourofino Agrociência - Prati-Donaduzzi - Supera

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
 Av. Churchill, 129 / 1201 - Centro  
 CEP 20020-050 - Rio de Janeiro - RJ  
 Tel: (21) 3125-1400  
 Fale conosco: institucional@abifina.org.br  
 www.abifina.org.br

SUMÁRIO

MATÉRIA POLÍTICA  
 MONTANDO O  
 QUEBRA-CABEÇA DO  
 DESENVOLVIMENTO

12



20

SETORIAL SAÚDE  
 DOENÇAS RARAS E  
 TERAPIAS GÊNICAS  
 NO BRASIL:  
 2024 PROMETE!

XIV SIPID  
 AÇÕES JUDICIAIS E  
 PATENTES REDUZEM  
 CONCORRÊNCIA E ACESSO  
 A MEDICAMENTOS

26



ARTIGOS

- 06 Cleila Bosio: Passos da indústria a caminho da descarbonização
- 32 Ana Claudia Oliveira e Marcelo Nogueira: O caso do Uxi-amarelo nas ações de combate aos produtos ilegais

ENTREVISTA

- 10 Verena Hitner Barros: O que esperar da nova política industrial brasileira

MATÉRIA NORTEC

- 18 Brasil importa bilhões, mas exporta milhões: a desproporção no mercado farmacêutico nacional

MATÉRIA OUROFINO AGROCIÊNCIA

- 24 Ourofino Agrociência contribui para a inovação e o crescimento sustentável no agronegócio brasileiro

SEÇÕES

- 04 EDITORIAL
- 34 PAINEL DO ASSOCIADO
- 36 ABIFINA EM AÇÃO

Patrocinaram esta edição as empresas:

Biolab Farmacêutica | Globe Química | Nortec Química | Ourofino Agrociência



Antonio Carlos Bezerra

Presidente-executivo da ABIFINA

## QUÍMICA FINA COMO PEÇA-CHAVE NO TABULEIRO DO DESENVOLVIMENTO

**C**omeçamos 2024 com grandes expectativas. O governo federal lança a Nova Indústria Brasil, depois de um longo inverno em que as políticas públicas para a indústria se tornaram uma lembrança distante. Um dos grandes diferenciais é a visão do desenvolvimento sustentável aliada à digitalização. A ABIFINA participou do processo – amplamente participativo e democrático – de construção da política e defendeu suas bandeiras: a necessidade de fortalecer o Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), o uso da biodiversidade brasileira pela indústria nacional de forma responsável, a isonomia regulatória com os produtos estrangeiros, a propriedade intelectual a favor do desenvolvimento nacional, entre outras.

A entidade participou das oficinas promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) relacionadas à missão “Complexo Econômico e Industrial da Saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde”. As missões são eixos definidos pelo CNDI para guiar a nova política industrial a partir dos principais problemas sociais e de desenvolvimento do País, identificados no programa de governo.

É importante ressaltar que a reativação do CNDI, agora gestor da política industrial, e do Grupo Executivo do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (Geceis) foram passos fundamentais para todos os avanços posteriores. No âmbito do CEIS, a ABIFINA integra o Fórum de Articulação com a Sociedade Civil (FAS).

A entidade participou de reuniões e consultas públicas sobre a política. Logo no início do novo governo, encaminhou os estudos produzidos nos últimos anos. Um deles, feito com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), sobre o fortalecimento do parque farmoquímico, e o outro, elaborado pela consultoria GO Associados, sobre o panorama do setor.

O projeto com a Fiocruz tratou de temas como avaliação dos insumos considerados estratégicos para o Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), prospecção de parceiros potenciais com foco nas demandas da América Latina, discussões em fóruns regionais sobre cadeia de suprimentos. Um dos principais resultados foi a indicação de uma “cesta de moléculas” consideradas estratégicas para o SUS.=

A Matéria Política desta **FACTO** analisa o desenho da política e os incentivos para a química fina. Tema indispensáveis são contemplados como competitividade, sustentabilidade ambiental, ampliação da produção nacional de IFAs e incentivo à biotecnologia. O BNDES, conforme mostra a reportagem, oferece financiamento baseado na Taxa Referencial (TR) para projetos de inovação, incluindo novos princípios ativos, medicamentos, centros de P&D e plantas produtivas de tecnologias emergentes.

Outros aspectos deverão ser considerados para que a política industrial dê certo. A aposta da ABIFINA é que o Brasil comece a trilhar o caminho correto. A reforma

tributária foi aprovada – a ABIFINA, junto com outras entidades, engajou-se nessa agenda. A taxa de câmbio ainda precisa avançar mais para chegar a um nível que estimule a produção e a competitividade. E a política de comércio exterior deve andar junto.

Nesta edição, a entrevista com Verena Hitner Barros, secretária-executiva do CNDI, cita os aspectos da política industrial e a maneira como foi construída. Ela destaca os benefícios da participação social e as iniciativas de incentivo ao setor saúde e à sustentabilidade. O artigo de Cleila Bosio, diretora de Bioindústria e Insumos Estratégicos da Saúde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, se aprofunda na perspectiva sustentável e complementa o tema. Segundo ela, a química fina tem papel relevante na transição para a economia verde, pilar das estratégias do atual governo.

Ela ressalta o processamento de biomassa como fonte para a obtenção de moléculas que servirão de insumos para várias indústrias como de medicamentos, cosméticos, combustíveis, fertilizantes, defensivos agrícolas e alimentos, entre outras. Assim, a biotecnologia se destaca e reforça a importância estratégica dos elos intermediários da química fina, além dos segmentos mais na ponta da cadeia produtiva.

Ainda no contexto da retomada de políticas públicas, a ABIFINA vem trabalhando na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). A associação é responsável por uma das metas relacionada a treinamento no tema. Nesse sentido, realizou a segunda edição das oficinas MPP DAY e do Sisgen DAY, com foco no monitoramento de patentes e na gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado pelas empresas.

Esta edição traz ainda a cobertura do esperado evento anual promovido pela ABIFINA. No XIV Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (SIPID), estiveram em foco o aumento da litigância em patentes de medicamentos. O recurso vem sendo usado para que o tempo de proteção seja estendido após a extinção do parágrafo único do artigo 40 da Lei da Propriedade Industrial. As estratégias adotadas pelas grandes farmacêuticas para ampliarem o período de

**“Outros aspectos deverão ser considerados para que a política industrial dê certo. A aposta da ABIFINA é que o Brasil começa a trilhar o caminho correto”**

**“Começamos 2024 com grandes expectativas. O governo federal lança a Nova Indústria Brasil, depois de um longo inverno em que as políticas públicas para a indústria se tornaram uma lembrança distante. Um dos grandes diferenciais é a visão do desenvolvimento sustentável aliada à digitalização”**

monopólio e seus lucros são detalhadas na reportagem, que tradicionalmente pauta temas críticos para o sistema de propriedade intelectual brasileiro entre os principais atores do setor.

A primeira edição da **FACTO** de 2024 aborda também, no Setorial Saúde, a necessidade de governo e empresas olharem para o tratamento das doenças raras no Brasil. Os pesquisadores Monica Felts Soares e José Lamartine Soares Sobrinho, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Complexo Econômico Industrial da Saúde (iCEIS/ UFPE), foram convidados a relatar o avanço nas políticas públicas, os desafios e contar como o setor privado pode evoluir nas pesquisas.

Estima-se que 13 milhões de brasileiros sejam afetados por doenças raras, que têm diagnóstico difícil e demorado. A grande maioria dessas doenças não têm cura, restando cuidados paliativos. Todo esse cenário causa, além de grande sofrimento para essas pessoas, alto custo para o SUS. Portanto, esse é um tema de grande relevância.

Os leitores ainda vão encontrar nesta edição artigo da consultora da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, e de Marcelo Nogueira, ambos sócios da 2PhD Consultoria, sobre o caso do uxi-amarelo, espécie de árvore nativa da Amazônia, cuja casca é usada por povos tradicionais em preparos e misturas. Ela vem sendo alvo de comércio ilegal, fraudulento, com prejuízos a essas comunidades, em vez de ser usada por indústrias nacionais de forma justa, seguindo a legislação conquistada a duras penas. Fica aqui mais uma oportunidade de atuação para que o Brasil estimule a indústria nacional, aproveitando economicamente sua rica biodiversidade, ao mesmo tempo que a protege. Acreditamos que essa será a tônica das conversas com o governo este ano. Este promete ser um rico debate. 



Foto: Divulgação/ FBMGRO

## Cleila Bosio

Diretora de Bioindústria e Insumos Estratégicos da Saúde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

# PASSOS DA INDÚSTRIA A CAMINHO DA DESCARBONIZAÇÃO

A indústria química fina e de biotecnologia é um ator-chave na transição para uma economia baseada na sustentabilidade, pois essa indústria é o elo que fornece matéria-prima com maior grau de pureza e de alto valor agregado para diversas cadeias produtivas. E ainda pode contribuir utilizando energia de fontes renováveis, fazendo uma melhor gestão dos recursos naturais, dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos. Se investir em inovação, essa indústria também pode recorrer a produtos e processos mais ambientalmente amigáveis.

A maioria dos produtos e processos provenientes da indústria química tradicional depende de matéria-prima fóssil e de minerais. Mas os avanços na tecnologia de fermentações e na engenharia genética permitiram o surgimento da biotecnologia moderna. Ela tornou possível o aproveitamento de diferentes biomassas e a produção moléculas da indústria química. A partir do processamento da biomassa, pode-se obter o amido, a hemicelulose, a celulose, a lignina, óleos, ceras e proteínas. Do processamento dessas substâncias, podem ser produzidos compostos secundários, intermediários e praticamente todas as demais moléculas fornecidas pela indústria de química fina. Tais moléculas são relevantes para diferentes setores da economia, tais como o setor farmacêutico, cosméticos, combustíveis, fertilizantes, defensivos agrícolas e alimentos, entre outros.

Sendo assim, a biotecnologia moderna tem como característica a utilização de matéria-prima renovável, adotando processos produtivos que permitem substituição de grande parte dos derivados do petróleo. Por consequência, a difusão da biotecnologia é um passo em direção à descarbonização da indústria química e de outros setores da indústria de transformação.

Além do investimento em inovação de produtos e processos, a indústria química também colabora com práticas de sustentabilidade quando: 1) gera empregos e paga impostos; 2) institui regras de *compliance*; 3) realiza projetos de inclusão produtiva; 4) aplica política de equidade de gênero e de etnias; 5) investe em economia circular; 6) adota processos não poluentes ou, ao menos, busca minimizar os impactos ambientais de seus produtos e processos (quando existem limitações tecnológicas e de processos produtivos); e 7) implementa práticas de produção mais limpa.

O arcabouço regulatório brasileiro vem disciplinando o mercado e a indústria ao longo de décadas para evitar as práticas da competitividade espúria, a precarização do trabalho e a degradação ambiental. Com isso, as normas trabalhistas têm amparado o trabalhador e os empresários para a promoção de políticas de emprego justo. As leis ambientais têm buscado proteger o meio ambiente da degradação proveniente das atividades humanas desordenadas, sendo que a atividade industrial depende de uma licença ambiental concedida por órgãos governamentais.

O mercado é regulado por agências especializadas que buscam ter autonomia de suas ações frente às

interferências ou mudanças políticas e oferecem certa previsibilidade aos investimentos. Desde a publicação da Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, tem-se buscado a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Todas as normas existentes relacionadas ao trabalho, ao meio ambiente e ao *compliance* de certa forma disciplinam, não só a indústria química, mas a produção industrial brasileira. Isso precisa ser mais bem divulgado e identificado como um diferencial brasileiro.

Além desses, o Brasil possui outros diferenciais e vantagens que garantem as condições para que as indústrias químicas assumam liderança na nova economia, que prioriza baixas emissões de carbono. São eles:

- » 20% de toda biodiversidade mundial está no território brasileiro;
- » O País tem abundância e diversidade de biomassa;
- » A matriz energética brasileira é limpa e com capacidade de expansão;
- » Experiência na produção de biocombustíveis renováveis.

Somando-se a isso, nesta nova gestão do Governo existe a convergência das políticas industrial; de ciência, tecnologia e inovação; de transição energética; e ambiental com foco na sustentabilidade.

Ademais, o governo Lula tem exercido liderança no cenário mundial e já expressou, de forma clara, os compromissos do Brasil com o combate ao desmatamento e com o enfrentamento das mudanças climáticas.

Nosso vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin tem reiterado que a neointustrialização, tão necessária para promover o desenvolvimento industrial, deve agregar valor à nossa pauta de exportações, gerar empregos qualificados e promover o desenvolvimento regional com inclusão social. Além disso, deve ter entre seus pilares fundamentais a economia verde, sustentada nas seguintes características: a biodiversidade; a disponibilidade de biomassa e a matriz energética limpa, capaz de promover uma indústria de baixo carbono.

Nesse contexto, foi recriado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) que tem como finalidade a proposição de política nacionais e medidas específicas destinadas ao desenvolvimento industrial do País. Para isso, o Conselho já realizou diversas

reuniões com diferentes representantes do Governo e das indústrias, buscando organizar os pilares e as diretrizes que nortearão a Nova Política Industrial.

A Nova Política Industrial é orientada para atender às demandas da sociedade brasileira e isso passa os aspectos socioeconômicos e ambientais. A Nova Política baseia-se nos seguintes princípios:

- » inclusão socioeconômica
- » equidade, em particular de gênero, cor e etnia;
- » promoção do trabalho decente e melhoria da renda;
- » desenvolvimento produtivo, tecnológico e inovação;
- » incremento da produtividade e da competitividade;
- » redução das desigualdades, incluindo as regionais;
- » sustentabilidade;
- » inserção internacional qualificada.

Esses princípios dão singularidade à Nova Política Industrial quando comparada com iniciativas anteriores. Isso porque, no passado, havia a priorização do desenvolvimento industrial, do comércio exterior, da ciência, da tecnologia e da inovação. Agora, a bandeira da sustentabilidade foi estendida. Este é, portanto, um momento favorável ao investimento de impacto positivo quanto aos aspectos econômico, social e ambiental.

Para isso, é essencial a celebração de parcerias e a pactuação dos interesses públicos e privados, visando o cumprimento das missões para o desenvolvimento industrial, que são:

- I- cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;
- II- complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde;
- III- infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades;

**“A biotecnologia moderna tem como característica a utilização de matéria-prima renovável, adotando processos produtivos que permitem substituição de grande parte dos derivados do petróleo”**

IV- transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;

V- bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as futuras gerações;

VI- tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacional.

Para cumprir com algumas dessas missões, a Secretaria de Economia Verde Descarbonização e Bioindústria (SEV-MDIC) realizou em 2023 as seguintes ações:

- » Qualificação da organização social Fundação Universitas de Estudos Amazônicos, fruto de uma parceria da Universidade Estadual do Amazonas com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, que vai gerir o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA). Com a nova personalidade jurídica, a organização terá maior flexibilidade de gestão, podendo receber recursos do polo industrial de Manaus e devendo fazer parcerias com a iniciativa privada, gerando negócios e produtos que vão transformar a biodiversidade em riqueza para o País e em benefícios para as comunidades locais.
- » A reativação do Fundo Amazônia, que traz um grande alento e esperança às comunidades indígenas, extrativistas, ribeirinhas e a toda a Amazônia, pelos impactos positivos que deve promover a partir da bioeconomia.
- » Participação nas discussões e proposição de importantes regulamentos, tais como: 1) PL 412/2022 que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões; 2) Títulos Soberanos Sustentáveis; Taxonomia Verde e Visto Verde; 3) Ativação do Comitê Técnico da Indústria de Baixo (CTIBC); 4) Plano Nacional do Hidrogênio; 5) Regulamentação sobre a instalação de eólicas *offshore* (estações de produção de energia por meio dos ventos em alto mar); 6) PL do Combustível do Futuro; 7) PL nº 3668/2021 (Leis dos Bioinsumos); 8) do PL nº 1459/2022 (Lei dos Agrotóxicos).
- » Criação do Selo Verde e do Selo Amazônia.
- » Publicação da Estratégia Nacional de Economia de Impacto; da Estratégia de Economia Circular;
- » Estruturação do Plano Brasil + Sustentável.
- » Criação do *Hub* de Descarbonização da Indústria, em parceria com o Reino Unido, durante a COP 28, quando foi firmado um acordo de cooperação

## “A indústria química fina e de biotecnologia é um ator-chave na transição para uma economia baseada na sustentabilidade”

em projetos de descarbonização, entre o ministro Geraldo Alckmin e a ministra de Segurança Energética e Net Zero do Reino Unido, Claire Coutinho. O Hub vai funcionar como um centro de articulação de parcerias internacionais com interesse na descarbonização do setor industrial, incluindo provedores de assistência técnica, doadores internacionais de financiamento climático, investidores privados e outras iniciativas industriais com a finalidade de facilitar a identificação, o alinhamento e a correspondência das medidas propostas.

Para 2024, no âmbito da SEV-MDIC, estão previstas as seguintes ações: 1) a publicação de Estratégia para o Desenvolvimento da Química de Renováveis; 2) a participação nas discussões sobre bioinsumos; biolubrificantes e combustível sustentável para aviação (SAF); 3) o lançamento de uma Estratégia Nacional de Fitoterápicos; 4) a execução de ações, em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), voltadas para o estabelecimento de padrões, marcadores e métodos de análise que viabilizem e acelerem a utilização de moléculas da biodiversidade na indústria farmacêutica; 5) o apoio ao estabelecimento de biorrefinarias; 6) a realização de ações voltadas para o desenvolvimento das terapias avançadas e dos biomedicamentos. Sabemos que há muito mais a ser feito no apoio às indústrias de química e de biotecnologia, mas esses são os focos por onde iniciaremos e contamos com a colaboração costeira da indústria de química fina, representada pela ABIFINA, para a realização dessas ações.

O governo tem a responsabilidade de estabelecer políticas industriais que visem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, além de regular o mercado para que isso se torne uma realidade. É recomendável que as indústrias adotem processos mais sustentáveis para o atendimento contínuo das demandas do mercado, principalmente no que se refere a bens essenciais. Ambos devem ter o compromisso de buscar a neutralidade climática até 2050, minimizando os efeitos e o aumento do aquecimento global. 



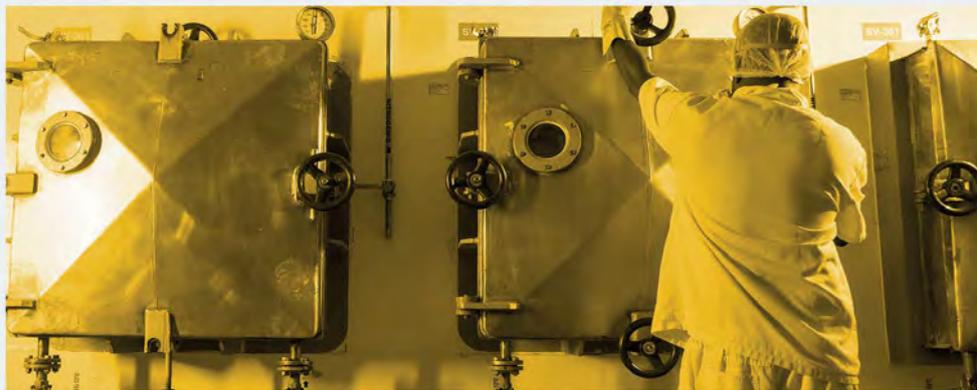
Ousar,

Inovar,



Ampliar  
horizontes

#vempraGlobe



A Globe Química vem investindo em **Qualidade, Infraestrutura e Desenvolvimento de Novos Produtos**, para ampliar a participação do Brasil no cenário global de produção de IFAs. Construímos parcerias sempre com a **segurança regulatória necessária** e **com o propósito de consolidar a empresa como uma referência de mercado.**

**GLOBE**  
QUÍMICA  
SEUS IFAS NO BRASIL

ALPHA Br

A photograph of Verena Hitner Barros, a woman with short brown hair, wearing a light-colored blazer over a white top. She is speaking at a podium with a microphone. The background is a blurred blue wall.

Verena Hitner Barros

## O QUE ESPERAR DA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

**V**erena Hitner Barros, secretária-executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), apresenta a nova política industrial a ser publicada pelo Governo Federal no início de 2024. Em julho do ano passado o CNDI definiu os princípios, missões e objetivos que guiarão a formulação da política. As seis missões estabelecidas se referem a grandes eixos de trabalho, que são, em resumo: cadeias agroindustriais; complexo econômico industrial da saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital da indústria; bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais. A elaboração da nova política foi um processo colaborativo e consultivo, como conta Verena à **FACTO**.

### Como a participação da sociedade influenciou a formulação da nova política industrial?

O processo de formulação da política contou com ampla participação da sociedade civil, do setor produtivo e do governo, por meio de oficinas. Tivemos a participação presencial de 66 entidades, com 220 representantes, além de 55 entidades que acompanharam virtualmente. Esses participantes apontaram 529 contribuições relativas a soluções e instrumentos necessários para os 215 desafios constatados. As discussões temáticas das oficinas abordaram as seis missões industriais. Todo esse material foi consolidado e contribuiu para a formulação da Política e de seu Plano de Ação.

### Como será a etapa de implementação da nova política de neindustrialização?

A Política tem horizonte de 10 anos, com validade até 2033, e seu primeiro Plano de Ação vai de 2024 a 2026, contemplando diversas iniciativas multissetoriais. Elas são concomitantes em todos os ministérios envolvidos e têm interface com os investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, grupos de trabalho formados na etapa de elaboração da Política terão o importante papel de acompanhar o seu andamento e implementação. É um modelo de governança participativo.

### Como a nova política industrial vai beneficiar os diferentes setores industriais no Brasil?

A Política pretende adensar as cadeias produtivas para a geração de emprego e renda locais, com investimentos reembolsáveis e não reembolsáveis, além do fomento à inovação de produtos e processos industriais. Nesse sentido, está previsto o necessário investimento em capacitação profissional nas empresas e para os novos produtos e serviços.

### Qual é o impacto esperado para o setor farmoquímico-farmacêutico?

Identificamos como oportunidade o estímulo à produção nacional de fármacos, medicamentos, terapias

**“Grupos de trabalho formados na etapa de elaboração da Política terão o importante papel de acompanhar seu andamento e implementação. É um modelo de governança participativo”**

**“A Política pretende adensar as cadeias produtivas para gerar emprego e renda locais, com investimentos reembolsáveis e não reembolsáveis, além do fomento à inovação de produtos e processos industriais e à capacitação”**

avançadas, vacinas, soros e hemoderivados e dispositivos médicos. A expectativa é atingir, em 2033, a produção nacional de 70% das necessidades do Brasil em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias. Atualmente, produzimos 42% do que o País precisa.

### Estão previstas ações para desenvolver a produção nacional de defensivos agrícolas?

Sim. A previsão é aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% (hoje são 23%) e alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de, pelo menos, 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional, garantindo a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, estão previstas ações voltadas para aumentar o uso de bioinsumos/biofertilizantes para a produção de alimentos e na agropecuária.

### Qual é o papel da sustentabilidade e da inovação na nova política industrial?

Elas estão entre os princípios da Política, que são: a inclusão socioeconômica; a equidade, em particular de gênero, cor e etnia; a promoção do trabalho decente e melhoria da renda; o desenvolvimento produtivo e tecnológico e de inovação; o incremento da produtividade e da competitividade; a redução das desigualdades, incluindo as regionais; sustentabilidade; e inserção internacional qualificada.

A sustentabilidade é imperativa para cumprir os compromissos internacionais assumidos pelo País e é um olhar transversal a todas as missões industriais. A inovação, enquanto um processo coletivo de formação e agregação de conhecimento científico e tecnológico aplicado às especificidades regionais, permite o desenvolvimento de novas capacidades de adensamento da indústria local, com vistas ao atendimento do mercado interno e da exportação. 



Matéria Política

# MONTANDO O QUEBRA-CABEÇA DO DESENVOLVIMENTO

Nova política industrial é importante, mas precisa estar integrada a outras peças para alcançar seus objetivos

**A**s lições do mundo pós-pandemia tornaram ainda mais urgente o que já era prioridade: o fortalecimento da indústria nacional. Criada a partir de trabalho conjunto entre o governo e a sociedade, a nova política industrial, a ser lançada no início de 2024, apresenta avanços importantes nesse sentido, com destaque para o setor de química fina e saúde, como ressalta a ABIFINA. Serão ações, projetos e incentivos a serem executados nos próximos anos, dentro da política que será denominada Nova Indústria Brasil (saiba mais no box desta matéria).

No entanto, para alcançar seus objetivos, a política deve estar integrada a outros aspectos da macroeconomia e da sociedade em geral, que nem sempre são controlados, ou mesmo influenciados, pelas ações de desenvolvimento industrial, como juros, câmbio, capacitação de recursos humanos, combate à pirataria, continuidade dos projetos, entre outros. Foi o que afirmaram especialistas ouvidos pela **FACTO**.

De acordo com o economista Nelson Marconi, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo, também vinculado à FGV, as discussões atuais sobre a nova política industrial parecem estar no caminho certo. Porém, Marconi destaca a importância de que a política macroeconômica esteja alinhada à estratégia de desenvolvimento industrial. Isso porque, atualmente, questões como a taxa de juros alta e a restrição ao investimento público podem prejudicar o alcance dos objetivos da política industrial.

“Se o ambiente macroeconômico não estiver compatível com a política industrial, nós vamos enxugar gelo, como já fizemos no passado”, alerta o economista da FGV.

## DESAFIOS MACROECONÔMICOS

Na visão de Marconi, foram desequilíbrios macroeconômicos como a taxa de juros alta, a taxa de câmbio apreciada e uma estrutura tributária distorcida, além da falta de uma política industrial, que levaram às dificuldades vividas atualmente pela indústria nacional.

Para o especialista, a recém-aprovada reforma tributária e a taxa de câmbio em patamar mais adequado são fatores que podem auxiliar neste advento da nova política industrial – chamada de neointustrialização por prever uma retomada do setor produtivo sob novas bases, mais digitais e sustentáveis.

No entanto, além dos desafios que permanecem, como os juros e o investimento público, é preciso considerar também a expressiva mudança do cenário internacional nas últimas décadas, como a expansão dos países asiáticos, notadamente a China, e o aumento do protecionismo em diversas nações.

Neste cenário de maior complexidade, não só o Brasil como também diversos países desenvolvidos estão retomando o uso de políticas industriais para reforçar seu setor produtivo, empregando ferramentas como investimentos, fomento à inovação e ao empreendedorismo, ações de capacitação, políticas regulatórias e o poder de compra do Estado para fazer frente ao avanço dos países asiáticos.

“Esse termo ‘política industrial’ se tornou um ‘patinho feio’ durante muitos anos. Mas, agora, os países começaram a retomar claramente uma estratégia de política industrial porque viram que aqueles países que mais se desenvolveram, os asiáticos, usaram muito esse instrumento. Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e outros estão

Foto: Divulgação FGV



**“Se o ambiente macroeconômico não estiver compatível com a política industrial, nós vamos enxugar gelo, como já fizemos no passado”**

**Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**

## //Matéria Política

usando tais políticas. Isso abre espaço para que também o façamos sem contestações”, afirma o economista da FGV, que considera as discussões sobre a temática no Brasil alinhadas ao que ocorre no cenário global.

Nesse sentido, Marconi observa diversas oportunidades para a indústria brasileira no contexto atual, considerando especialmente o uso sustentável dos recursos naturais do País, seja na geração de energia limpa, na biotecnologia, na produção de defensivos agrícolas ou no segmento farmacêutico, entre outros.

### SAÚDE EM DESTAQUE

Ao abordar a indústria farmacêutica, cabe ressaltar o destaque inédito conferido ao setor de saúde na política industrial. Isso porque incorporou-se o conceito de Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), que relaciona os setores industriais (incluindo os de base química e biotecnológica, como fármacos, medicamentos, imunobiológicos, vacinas, hemoderivados e reagentes, e os de base mecânica, eletrônica e de materiais, como equipamentos, próteses e outros), em interação com os setores que prestam serviços de saúde, como hospitais, ambulatórios e centros de diagnóstico e tratamento.

Nessa definição, o CEIS responde por cerca de 10% do PIB nacional e possui uma missão específica na política industrial: tornar-se mais resiliente para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso à saúde.

“A grande conquista é a saúde ter sido contemplada. É o País perceber que 10% do PIB está envolvido nisso e que saúde é essencial, inclusive, para a questão da produtividade”, afirma Odilon Costa, vice-presidente para Assuntos Governamentais e Acesso da ABIFINA, que ressalta ainda o protagonismo dado ao debate sobre a indústria nacional de saúde após a falta de equipamentos médicos e de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) durante a pandemia. “Descobrimos que estávamos a reboque do resto do mundo”.

Embora a situação seja, de fato, preocupante, Odilon Costa faz questão de destacar que a nova política não vai partir do zero, pelo menos no que se refere à indústria farmacêutica. Ele cita o exemplo do Laboratório Cristália, do qual também é vice-presidente de Relações Institucionais, para mostrar que há uma produção nacional forte e consolidada: o laboratório produz 60% de seus



**“A inovação baseada em biotecnologia é um caminho sem volta para o desenvolvimento do complexo industrial da saúde no País”**

**João Paulo Pieroni, superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES**

IFAs, seguindo na contramão do cenário brasileiro, já que o País importa 90% desses insumos. Além do Cristália, existem outros laboratórios que atuam na produção de IFAs, compondo os 10% de produção nacional.

“O desafio é criar condições para novos atores e potencializar os que já existem, transformando-os em modelos nacionais”, resume o vice-presidente da ABIFINA.

De acordo com Odilon Costa, o pano de fundo dessa nova política industrial é o acesso à saúde. E, para ampliá-lo, é fundamental utilizar o poder de compra do Estado, garantindo acesso aos medicamentos para quem não pode pagar por eles e reforçando o mercado interno.

Ainda nesse contexto, utilizar o mercado interno de saúde para fortalecer a indústria nacional é mais do que uma prioridade: trata-se de uma demanda constitucional.

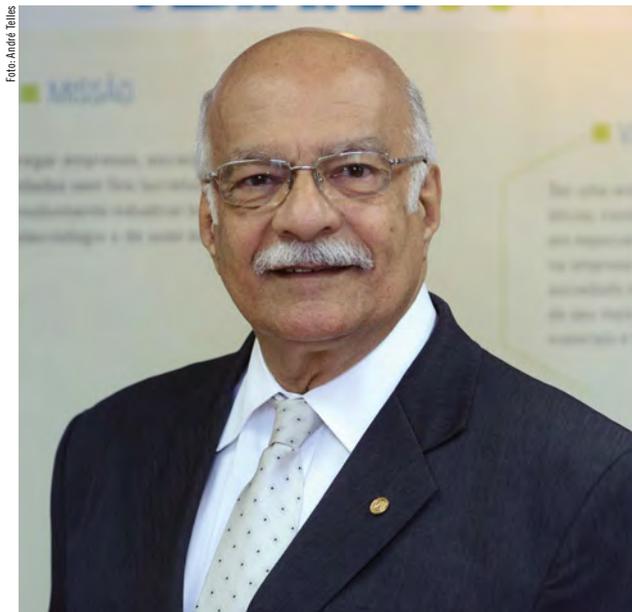


Foto: André Bellas

**“O desafio é criar condições para novos atores e potencializar os que já existem, transformando-os em modelos nacionais”**

**Odilon Costa, vice-presidente para Assuntos Governamentais e Acesso da ABIFINA**

Afinal, em seu artigo 219, a Constituição Federal determina: “O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País”.

“Se temos um mercado interno exuberante, por que importar as coisas e só gerar emprego lá fora? Quanto mais tivermos produção nacional, teremos mais emprego, mais imposto, mais economia, mais acesso, mais produtividade. É uma cadeia virtuosa que não tem fim”, conclui Odilon Costa.

Apesar do otimismo, o vice-presidente da ABIFINA destaca ainda que, para alcançar os resultados desejados, é preciso que o desenvolvimento industrial seja acompanhado por outras ações, como a formação de pessoal especializado para trabalhar nesse segmento.



Foto: Diego Pereira

**“Essa iniciativa precisa ter ótica de política de Estado, pois o desenvolvimento de IFAs e IFAVs inovadores de origem natural exige investimentos por um longo prazo”**

**Cristina Ropke, diretora para Assuntos da Biodiversidade da ABIFINA**

“A sincronização de ações está acontecendo, o trabalho está bastante holístico, mas faltam algumas peças nesse quebra-cabeça geral”, define o vice-presidente da ABIFINA, com a mesma cautela demonstrada pelo economista da FGV.

## **BIOTECNOLOGIA**

Para melhor encaixar as peças em suas ações de financiamento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem conduzindo oficinas com associações representativas da indústria nacional. Nas oficinas, segundo João Paulo Pieroni, superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do Banco, discute-se o presente e o futuro dos setores que integram o CEIS, buscando identificar os melhores instrumentos para concretizar seu



# Indústria terá R\$ 106 bilhões até 2026

Como parte das ações previstas na nova política, a indústria brasileira terá cerca de R\$ 106 bilhões até 2026 para impulsionar seu desenvolvimento. A informação foi anunciada em julho, durante reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reativado em abril de 2023 com representantes do governo e da sociedade e responsável pela elaboração da nova política.

Divididos em linhas de crédito e financiamento, além de fundos de apoio à inovação, os recursos serão oriundos do BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). O objetivo é contemplar projetos de inovação e digitalização, além de ações voltadas à pesquisa e desenvolvimento, que estejam alinhados às prioridades da nova política.

Na construção dessas prioridades, o CNDI publicou, em julho, a Resolução CNDI/MDIC 01/2023, que define os princípios da política, descreve o conceito

de neointustrialização, e as missões, que são os desafios da sociedade a serem enfrentados pelas ações desenvolvidas.

Os princípios são os seguintes: inclusão socioeconômica; promoção do trabalho decente e melhoria da renda; desenvolvimento produtivo e tecnológico e inovação; incremento da produtividade e da competitividade; redução das desigualdades regionais; sustentabilidade; digitalização; e inserção internacional qualificada.

Por sua vez, foram definidas as seguintes missões: cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar e nutricional; complexo econômico industrial da saúde resiliente para robustecer o SUS e ampliar o acesso à saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; bioeconomia, descarbonização e transição e

potencial. Nesse cenário, o BNDES apoia, inclusive com o uso da Taxa Referencial (TR) em operações de inovação, projetos voltados para o desenvolvimento de novos princípios ativos, medicamentos, centros de P&D, e de plantas produtivas de tecnologias incipientes ou de bens não produzidos no Brasil, entre outros.

Durante as reuniões, ainda de acordo com Pieroni, alguns temas estão se destacando, como a competitividade da indústria, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de ampliar a produção nacional de IFAs (tanto farmoquímicos quanto biotecnológicos). A propósito, a biotecnologia é outro assunto que vem se sobressaindo nesses diálogos promovidos pelo BNDES, devido ao imenso potencial da biodiversidade nacional.

“A inovação baseada em biotecnologia é um caminho sem volta para o desenvolvimento do complexo industrial da saúde no País”, afirma Pieroni, que também ressalta o papel central do segmento de saúde na política industrial, considerando não apenas sua importância produtiva, mas também econômica, tecnológica, social e ambiental.

A relevância conferida à biotecnologia, em especial, é comemorada pelo setor, mas deve-se lembrar que as ações precisam ir além do horizonte temporal de quatro anos da política industrial para alcançar objetivos mais complexos, como a redução da dependência brasileira

quanto à importação de IFAs e de Insumos Farmacêuticos Ativos Vegetais (IFAVs), bem como o desenvolvimento de cadeias de suprimento de matérias-primas para produção de insumos de origem natural. Outros problemas que precisam ser considerados nas políticas para o setor são a isonomia regulatória frente a mercados menos regulados e a falta de estudos não clínicos e clínicos para permitir o registro de medicamentos com ingredientes ativos obtidos a partir de espécies vegetais brasileiras.

“Essa iniciativa precisa ter uma ótica de política de Estado, e não de governo, pois o desenvolvimento de IFAs e IFAVs inovadores de origem natural exige investimentos significativos por um longo prazo. Países que conseguiram fortalecer sua indústria farmoquímica se comprometeram seriamente com uma estratégia nesses moldes”, diz Cristina Ropke, diretora para Assuntos da Biodiversidade da ABIFINA, que apresenta outro tema relevante para fortalecer o setor: a distribuição de fitomedicamentos para a população por meio do SUS.

## DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Igualmente relevante, o setor de defensivos está inserido na produção agrícola, que representa 24,1% do PIB do País, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea - Esalq/USP). O segmento tem



segurança energética para garantir os recursos para as futuras gerações; e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Com as missões e os princípios definidos, o CNDI passou a avaliar, no segundo semestre do ano, os gargalos existentes e os instrumentos para resolvê-los, o que levou à definição das ações, a partir da discussão entre representantes do governo e do setor produtivo. Já em dezembro, o CNDI aprovou as metas aspiracionais das seis missões, para que a política possa ser lançada no início de 2024, como está previsto.

No documento final, a chamada Nova Indústria Brasil vai detalhar o uso das ferramentas da política industrial, como o poder de compra do Estado, investimentos, qualificação do capital humano e política regulatória, entre outras.

a missão de garantir a segurança alimentar do mundo, pois hoje o Brasil é o principal exportador global de várias *commodities* agrícolas, como soja, carnes e outras.

Este setor observa mais um desafio crescente com o qual a indústria de química fina brasileira precisa conviver: a pirataria. Em artigo publicado na edição de março de 2023 da revista *Química e Derivados*, Thais Clemente, vice-presidente Agroquímico da ABIFINA, estima que a quantidade de defensivos ilegais no Brasil chega a 20% ou 25% do mercado, o que equivale a aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, afetando a saúde da população, o comércio e o meio ambiente.

Entre os fatores que contribuem para que os agricultores comprem produtos ilegais, de acordo com Clemente, estão a diferença de preços praticada entre o Brasil e países vizinhos, bem como a suspensão ou não permissão de venda de alguns pesticidas no território nacional.

No aspecto normativo, o presidente Lula sancionou a nova Lei dos Defensivos (Lei 14.785, de 27 de dezembro de 2023), que foi um passo importante para a modernização da legislação brasileira. A lei traz maior previsibilidade e transparência ao processo regulatório, para que novos produtos, tecnologias de controle e manejo menos agressivos ao meio ambiente e mais eficientes possam chegar ao mercado com rapidez e preços competitivos.



Foto: Divulgação/Quartini

**“A indústria brasileira de defensivos agrícolas possui rigorosos padrões de qualidade. Por isso, combater a pirataria é, acima de tudo, garantir a segurança alimentar do mundo”**

**Thais Clemente, vice-presidente Agroquímico da ABIFINA**

Ainda nesse contexto, para o avanço do segmento no Brasil diante do aumento da importação direta desses produtos, a ABIFINA defende o conceito de isonomia regulatória. Afinal, as empresas nacionais seguem todas as obrigações regulatórias, garantem a rastreabilidade de seus produtos e a qualidade, sendo os altos padrões da indústria nacional atestados pela fiscalização dos órgãos competentes.

De modo mais amplo, a proposta da ABIFINA prevê um Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, que inclui regras de comercialização mais atualizadas, equilíbrio tributário no setor, estímulo à formação de recursos humanos e combate aos produtos ilegais e contrabandados, com maior cooperação entre os estados, entre outros aspectos.

Além do aprimoramento na questão regulatória, também é fundamental a conscientização dos produtores sobre o uso correto e legal dos defensivos agrícolas. Mais uma peça a ser integrada ao quebra-cabeça da indústria nacional de química fina, com vistas ao seu desenvolvimento.

“A indústria brasileira de defensivos agrícolas possui rigorosos padrões de qualidade. Por isso, combater a pirataria é, acima de tudo, garantir a segurança alimentar do mundo”, conclui Clemente. ●●●

**BRASIL IMPORTA**

**BILHÕES, MAS**

**EXPORTA MILHÕES**

**A DESPROPORÇÃO NO MERCADO**

**FARMACÊUTICO NACIONAL**



## Com grande dependência de insumos e medicamentos externos, o Brasil gastou mais de US\$ 6 bilhões em importações em 2023

Entre janeiro e outubro de 2023, o Brasil gastou cerca de US\$ 6,2 bilhões na aquisição de medicamentos e insumos, exceto veterinários, enquanto as exportações no mesmo período e categoria foram de apenas US\$ 408 milhões. Os números são da Comex Stat, sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro e revelam a dependência do País de insumos internacionais.

Esta desproporção já havia sido sinalizada pela estimativa da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi), feita em 2021, apontando que o País importa cerca de 90% dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) que utiliza, principalmente da China e da Índia. Um cenário que pode trazer riscos em situações de crises sanitárias, além de impactos econômicos.

“Hoje existem na China e na Índia em torno de 3.000 fabricantes de insumos farmacêuticos ativos. No Brasil, temos aproximadamente dez. Isso se deu pela implementação de políticas de subsídios tributários e industriais nestes países, que priorizaram esse setor de forma estratégica. Por consequência, ocorreu uma diferença nos preços oferecidos e no fechamento da maioria dos produtores de IFAs nacionais. Precisamos equilibrar este cenário por meio de políticas de alavancagem da demanda brasileira, o que eventualmente vai também impulsionar um aumento nas exportações. O mundo inteiro está fazendo isso, inclusive os Estados Unidos, por meio da utilização do fundo de defesa nacional para estimular investimentos em produção de medicamentos e de insumos em território norte-americano”, comenta Marcelo Mansur, CEO da Nortec Química, maior fabricante de insumos farmacêuticos ativos da América Latina.

Ainda conforme os dados da Comex Stat, as importações tiveram um crescimento de 3,1%, em relação ao mesmo período de 2022, alcançando o quarto lugar no ranking das importações da indústria da transformação. Enquanto as exportações cresceram 0,2% e ficaram no 63º lugar.

### NOVAS ESTRATÉGIAS

Embora o cenário seja preocupante para a indústria nacional, a perspectiva é que esta desproporção diminua gradativamente nos próximos anos com o auxílio dos investimentos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Há uma



Foto: Paulo H. Lima/Coop Film

estratégia para reduzir a dependência internacional de IFAs, visando produzir 70% da demanda de vários produtos de saúde no Brasil até 2033. O projeto do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) deve receber um investimento de R\$ 42 bilhões em recursos públicos e privados para o fortalecimento da indústria brasileira.

“Acreditamos nas iniciativas previstas neste projeto, muitas das quais já foram eficazes no passado. A utilização da demanda brasileira de medicamentos essenciais é uma excelente alavanca para investimentos na capacidade produtiva do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, e deve ser utilizada. Entidades públicas e privadas conseguem trabalhar em conjunto gerando valor tecnológico, emprego, e maior soberania nacional ao ter autonomia nos produtos primordiais, possibilitando ainda novos desenvolvimentos a partir desse potencial produtivo viabilizado em ações como o PAC”, finaliza Mansur. 🟢

### SOBRE A NORTEC QUÍMICA

A Nortec Química é a maior fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, investindo em Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação em seus processos. A Companhia é a única produtora de benznidazol no Brasil, IFA utilizado no tratamento da Doença de Chagas e é a maior produtora de Antirretrovirais do Ocidente. A relevância da Nortec Química no cenário mundial permanece com o aumento da capacidade produtiva e na atuação em P&D com o projeto de instalação da Primeira Planta para Drogas de Alta Potência, contribuindo com soluções tecnológicas para a melhoria do bem-estar, da vida e da saúde das pessoas. A empresa foi fundada na década de 80 em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.



Setorial Saúde

# DOENÇAS RARAS E TERAPIAS GÊNICAS NO BRASIL

CENÁRIO DE PEQUENOS AVANÇOS E

GRANDES EXPECTATIVAS: 2024 PROMETE!

No Setorial Saúde desta edição, FACTO convida dois pesquisadores a abordarem o cenário das doenças raras e das terapias gênicas no Brasil em artigo exclusivo. Eles descrevem as vantagens do País nesse campo por conta de sua biodiversidade e perfil epidemiológico únicos, além de apontarem desafios, como fontes de financiamento e regulamentação para inovar. Os especialistas fazem parte de uma iniciativa lançada em 2022, em Recife (PE), o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Complexo Econômico Industrial da Saúde (iCEIS), que hoje reúne mais de 100 pesquisadores. O objetivo é desenvolver tecnologias que impulsionem o Sistema Único de Saúde (SUS).

#### Monica Felts Soares

Farmacêutica, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenadora do Eixo 3 do iCEIS

#### José Lamartine Soares Sobrinho

Farmacêutico, professor e pesquisador da UFPE e coordenador-geral do iCEIS



Foto: Divulgação iCEIS

**O** pós-pandemia tem sido bastante promissor para o cenário nacional em tudo o que se refere ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro. A ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, juntamente com o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, Carlos Gadelha, articulam diversas ações para que o avanço seja consistente. Exemplos disso são a reestruturação do Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (Geceis) e o lançamento de programas e instrumentos para desenvolvimento do CEIS, como as publicações recentes das portarias ministeriais dos Programas de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) e de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs).

O que vemos é uma política de Estado inovadora orientada por missões, na qual a saúde pauta toda a área de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) e de neoindustrialização. Essa política visa promover o desenvolvimento local de soluções inovadoras voltadas aos desafios em saúde a fim de estimular o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Brasil e a redução da dependência internacional de insumos e produtos, visando garantir a promoção da sustentabilidade, soberania e viabilidade financeira do Sistema Único de Saúde (SUS) e a ampliação do acesso à saúde.

É estratégico para o Brasil considerar o poder de compra do Estado e as necessidades do SUS, e planejar como sair do atual cenário de judicialização dos medicamentos de alto custo, que poderá comprometer a viabilidade financeira do SUS caso o País não passe a produzir nacionalmente seus medicamentos.

Essa política de Estado que uniu intrinsecamente a saúde e a CT&I também junta, por meio de alianças

estratégicas em saúde, empresas, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), instituições públicas e entidades privadas sem fins lucrativos. Todos com o propósito de empreender projetos de benefícios mútuos, a partir da união de recursos tangíveis e intangíveis, voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores, além da transferência e da difusão de tecnologias em saúde.

O Brasil está se preparando para uma revolução na área de saúde e, com isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) instituiu uma nova Política de Inovação na Saúde, dividida em três eixos, que nortearão as estratégias do órgão, sendo estes Capacidade e Cultura de Inovação, Tecnologia e Transformação Digital e Regulação e Acesso à Saúde.

Dentre os desafios que o Brasil precisa enfrentar, temos o impacto financeiro no SUS da judicialização para acesso a medicamentos biotecnológicos e terapias

gênicas aplicadas ao tratamento de doenças raras. Trata-se do processo por meio do qual cidadãos recorrem ao Sistema Judiciário para garantir o acesso a tratamentos e medicamentos, muitas vezes de alto custo, que não estão disponíveis ou são de difícil obtenção pelo SUS.

Historicamente, tem havido um aumento significativo no número de casos de judicialização da saúde no Brasil, refletindo desafios no acesso a medicamentos e tratamentos especializados. Os medicamentos para doenças raras, especialmente os de terapia gênica, tendem a ser muito caros, o que aumenta o apelo à Justiça.

No Brasil, há um interesse particular em doenças tropicais negligenciadas e enfermidades raras, áreas nas quais o País pode contribuir significativamente para a pesquisa global devido ao seu diversificado perfil genético, que oferece um terreno fértil para pesquisas inovadoras, graças à sua biodiversidade e perfil epidemiológico únicos.

O País tem aumentado seus recursos em pesquisa e inovação, incluindo biotecnologia e terapia gênica. Muitas vezes, esses investimentos são impulsionados por colaborações entre universidades, instituições de pesquisa e setor privado. Contudo, conseguir financiamento suficiente e com garantias de continuidade a longo prazo é um desafio constante. A pesquisa em terapia gênica é cara, e os financiamentos são limitados.

Existem centros de excelência no Brasil que estão na vanguarda da pesquisa em terapias gênicas. Além disso, colaborações internacionais têm desempenhado um papel crucial na expansão do conhecimento e na transferência de tecnologia. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios em termos de regulamentação e infraestrutura. Navegar pelas complexas regulamentações éticas e governamentais é um desafio. Os procedimentos de aprovação para ensaios clínicos podem ser longos e complicados, especialmente para novas tecnologias. Além disso, a terapia gênica levanta questões éticas complexas, como manipulação genética e acesso equitativo a tratamentos. Há também a necessidade de gerenciar as expectativas dos pacientes e da sociedade.

A natureza interdisciplinar da terapia gênica exige colaboração entre diversas áreas, o que pode ser desafiador em termos de comunicação e coordenação. Universidades e instituições brasileiras têm investido na formação de profissionais altamente qualificados, preparando uma nova geração de cientistas com especialização em biotecnologia e terapia gênica, sendo o financiamento o maior desafio contínuo para garantir que os avanços sejam acessíveis e beneficiem uma ampla camada da população, superando as barreiras socioeconômicas e de infraestrutura.

## **“É estratégico para o Brasil planejar como sair do cenário de judicialização dos medicamentos de alto custo, que poderá comprometer a viabilidade financeira do SUS caso o País não passe a produzir nacionalmente seus medicamentos”**

A nova política do Ministério da Saúde está contribuindo significativamente para o desenvolvimento das pesquisas em terapias gênicas e doenças raras de várias maneiras. No eixo Educação e Capacitação, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, estão sendo desenvolvidas iniciativas para sensibilizar e esclarecer sobre doenças raras. Isso inclui ações de educomunicação e cursos autoinstrucionais oferecidos na plataforma UniverSUS Brasil, produzidos pela Sociedade Brasileira de Genética Médica, para capacitar profissionais de saúde no manejo inicial de pessoas com doenças raras.

No eixo Regulamentação e Avaliação de Produtos de Terapia Avançada, a Anvisa, desde 2018, tem um papel central na regulação dos processos de desenvolvimento, autorização e fiscalização de produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com doenças raras. A agência prioriza a avaliação de produtos destinados às doenças raras, com prazos de análise mais curtos, e já registrou produtos de terapia avançada no Brasil para essas enfermidades, além de aprovar ensaios clínicos de investigação.

No eixo Assistência e Tratamento de Doenças Raras, o Ministério da Saúde tem investido em assistência a doenças raras, incorporando novos tratamentos ao SUS, publicando protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas e habilitando serviços de referência para essas doenças. Esses esforços incluem a incorporação de exames de diagnóstico e aconselhamento genético.

No eixo da Promoção de Políticas Públicas de Qualidade, a Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, criada em 2019, trabalha na criação de políticas públicas de qualidade para pessoas com doenças raras, incluindo a articulação com diferentes órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. Iniciativas como parcerias com universidades para

o desenvolvimento de cursos de extensão e criação de materiais educativos são exemplos de como o Governo está buscando ampliar o cuidado e a informação sobre essas condições.

Essas ações mostram um comprometimento crescente do Governo brasileiro com a melhoria do diagnóstico, tratamento e qualidade de vida das pessoas com doenças raras, além de impulsionar pesquisas e inovações nessas áreas.

As universidades são fundamentais para impulsionar pesquisa, educação e políticas relacionadas ao tratamento de doenças raras, contribuindo para abordagens globais na área da saúde. As pesquisas e estudos realizados pelas universidades têm um impacto significativo na formulação de políticas públicas e abordagens globais no tratamento dessas enfermidades. Isso inclui geração de conhecimento científico, desenvolvimento de tratamentos e tecnologias, formação e educação de profissionais de saúde, influência em políticas públicas e colaborações internacionais na defesa e na conscientização, assim como nas contribuições para diretrizes clínicas.

Para 2024, com o avanço contínuo da pesquisa, espera-se que novas descobertas genéticas e terapêuticas surjam, oferecendo tratamentos mais eficazes e personalizados para doenças raras. A terapia gênica deve continuar a evoluir, com aprimoramentos na entrega de genes e na segurança dos tratamentos, tornando-os mais eficientes e acessíveis. As tecnologias de edição genética, como CRISPR-Cas9, devem avançar, permitindo intervenções mais precisas no DNA para corrigir mutações genéticas causadoras de doenças. A biologia sintética, que combina biologia e engenharia para criar sistemas biológicos novos e artificiais, pode trazer inovações significativas no tratamento de doenças raras. A utilização de inteligência

artificial para análise de dados genéticos e biomédicos deve crescer, possibilitando a identificação de novos alvos terapêuticos e a personalização dos tratamentos.

Espera-se um aumento no desenvolvimento de terapias personalizadas, focadas no perfil genético individual dos pacientes, melhorando a eficácia e reduzindo efeitos colaterais. Provavelmente haverá um aumento no número de ensaios clínicos, bem como parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e a indústria farmacêutica. Mudanças na regulamentação e no desenvolvimento de políticas públicas para apoiar a pesquisa e o acesso a novas terapias são esperadas, à medida que o campo evolui. A conscientização sobre doenças raras e a importância da pesquisa genética deve aumentar, juntamente com iniciativas educacionais para profissionais de saúde e o público.

A colaboração entre a academia e a indústria farmacêutica é essencial para transformar descobertas científicas em terapias práticas e acessíveis, suportadas pelos instrumentos governamentais. A indústria tem a oportunidade de investir em pesquisas promissoras e ajudar a levar essas inovações ao mercado, beneficiando pacientes em todo o mundo.

Somos coordenadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Complexo Econômico Industrial da Saúde, o Instituto do CEIS (iCEIS), sediado na Universidade Federal de Pernambuco, na cidade de Recife e presente ativamente em todos os estados do Nordeste. A missão do INCT é ser um ecossistema de inovação e desenvolvimento tecnológico em rede para atender à demanda nacional por produtos e serviços de saúde, contribuindo com a neoindustrialização orientada pela missão da saúde, com foco no desenvolvimento territorial da região Nordeste.

Em outras palavras, somos uma organização global, com atuação local, que realiza inovação e desenvolvimento tecnológico sob demanda, nas áreas da farmácia e engenharia biomédica, promovendo dentro do ambiente universitário a qualificação profissional para uma indústria forte, sempre dialogando com o desafio global do clima, por meio da estratégia de incentivo à indústria descarbonizada, à bioeconomia e ao desenvolvimento territorial sustentável.

Podemos concluir que o Brasil está emergindo como um líder no campo da terapia gênica e no tratamento de doenças raras. Este é um convite para que a indústria farmacêutica se junte a nós nesta jornada emocionante, colaborando para transformar a pesquisa em soluções práticas que podem melhorar a qualidade de vida de milhões. 

**“O Ministério da Saúde tem investido em assistência a doenças raras, incorporando novos tratamentos no SUS, publicando protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas e habilitando serviços de referência para essas doenças. Esses esforços incluem a incorporação de exames de diagnóstico e aconselhamento genético”**



# OUROFINO AGROCIÊNCIA CONTRIBUI PARA A INOVAÇÃO E O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

As recentes mudanças na gestão refletem o propósito da empresa de continuar trilhando caminhos inovadores

*Fábrica da Ourofino Agrociência, localizada em Uberaba (MG)*

**N**o mundo cada vez mais tecnológico e competitivo do agronegócio brasileiro, a Ourofino Agrociência é uma empresa sólida, em busca constante por inovação e crescimento, sempre contribuindo para levar as soluções ideais aos clientes e parceiros, foco do negócio. Em um cenário no qual a tecnologia redefine os limites das atividades rurais, a empresa, além de se adaptar aos novos desafios, une seu conhecimento adquirido pela origem brasileira com parcerias internacionais para levar ainda mais inovação ao mercado.

Nos últimos três anos, a Ourofino Agrociência deu passos largos no sentido da inovação e diferenciação para o produtor, trazendo ao mercado quatro produtos com moléculas inéditas, resultado de alianças estratégicas. É o caso da sociedade com as japonesas Mitsui e ISK, além da parceria com a coreana FarmHannong, uniões que reforçaram a posição competitiva da companhia.

Nesse contexto dinâmico, as recentes mudanças na gestão refletem a ambição da empresa em continuar trilhando caminhos inovadores. Desta forma, são realizados diversos movimentos e investimentos, como nas áreas de Marketing, P&D e PDI.

A chegada de Guilherme Galvão, com duas décadas de *expertise* em multinacionais do agronegócio, é um ponto ímpar nessa jornada. A vinda do novo executivo para a área de Marketing dá maior relevância estratégica, ficando à frente das áreas de Comunicação Estratégica, Desenvolvimento de Mercado, *Pricing*, Inteligência competitiva, Gestão de Produtos, Acesso e *Customer Experience*.

Para Marcelo Abdo, CEO da Ourofino, a presença de Galvão é importante e contribui para estabelecer um plano

de expansão seguro. “Ele cumpre um papel importante e caminha junto com a equipe para manter a companhia em crescimento, com estratégias para nos tornar ainda mais competitivos. Galvão chega para fortalecer nossa equipe em direção a novos êxitos em um mercado cheio de oportunidades”, diz Abdo.

Galvão conta que o departamento amplia o estilo de atuação estratégica. “Vamos fomentar ainda mais conexões e alianças entre as diversas áreas da empresa. O objetivo é capturar sinergias e oportunidades em favor dos clientes e do negócio, intensificando o nosso foco no desenvolvimento do time e na construção de resultados consistentes e sustentáveis”, diz.

## NOVA GESTÃO EM P&D E PDI

Para prosseguir com o avanço no posicionamento estratégico e aumentar sua participação no mercado de especialidades, a companhia de origem brasileira identificou a importância de se ter um profissional com amplo conhecimento sobre a empresa, o negócio e o ambiente de produção para o desenvolvimento de novas soluções.

Para isso, definiu que Leonardo Araújo focará sua gestão exclusivamente nas áreas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D e PDI). Araújo tem mais de 20 anos de experiência no agronegócio, com MBA e especializações que contribuíram para seu *knowhow*. Atuou na gestão das áreas de Marketing, P&D e PDI da Ourofino por cerca de quatro anos.

“Somos cada vez mais uma empresa de especialidades, desenvolvendo continuamente nossa área de pesquisa e desenvolvimento e fortalecendo relações com instituições nacionais e internacionais de P&D, além da parceria com os *hubs* de inovação, a exemplo do AgTech Garage, em Piracicaba (SP) e Uberaba (MG), e o Dabi Business Park, em Ribeirão Preto (SP). A inovação é o que nos move”, comenta Araújo.

O objetivo é ter ainda mais foco no que é a essência do propósito da empresa: a inovação - tão presente em seu DNA.

## INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO

“Estamos fortalecendo o nosso time de liderança, que cumpre um papel fundamental nessa trajetória, juntamente com o desenvolvimento de nossos colaboradores e investimentos em pesquisa”, conta Abdo.

De fato, os processos de pesquisa e desenvolvimento têm grande importância para a companhia de origem brasileira. No ciclo encerrado em abril de 2023, cerca de 2,5% do faturamento foi investido em P&D.

De acordo com ele, as mudanças na liderança vão muito além de uma reestruturação interna, pois revelam um movimento estratégico para impulsionar a Ourofino Agrociência para os próximos patamares de sucesso. “Com Galvão, à frente do Marketing, e Araújo, focado em P&D e PDI, a empresa se posiciona para reimaginar



Guilherme Galvão, diretor de Marketing; e Araújo, diretor de P&D e PDI da Ourofino Agrociência

a agricultura brasileira, promovendo sua evolução no mercado de novas tecnologias e também em inovação e responsabilidade social”, reforça.

## PREMIAÇÕES

Num mercado que exige soluções diferenciadas e inovadoras, a Ourofino Agrociência se destaca por números positivos e por grandes conquistas. O Selo Mais Integridade, obtido em reconhecimento do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em 2022/23 e a inclusão no ranking Great Place to Work (GPTW) entre as melhores empresas para trabalhar de São Paulo demonstram o compromisso da empresa com resultados e, principalmente, com as pessoas. A empresa foi ainda destaque no ranking das melhores indústrias para se trabalhar no Brasil, também pelo GPTW, conquistando a 14ª colocação.

Outra recente conquista é celebrada pela indústria: pela terceira vez consecutiva, a Ourofino Agrociência está presente no ranking Melhores do Agronegócio, estando no top 10 no setor de defensivos agrícolas.

“A visão estratégica da Ourofino Agrociência projeta um futuro no qual a inovação, sustentabilidade e responsabilidade social são pilares fundamentais do sucesso”, finaliza Abdo.

## SOBRE A OUROFINO AGROCIÊNCIA

A Ourofino Agrociência é uma empresa de origem brasileira, fabricante de defensivos agrícolas, com 13 anos de atuação. Sua fábrica, considerada uma das mais modernas do mundo no segmento, está localizada em Uberaba, no Triângulo Mineiro, e possui capacidade de produção de 200 milhões de quilo/litros por ano. São mais de 50 mil m<sup>2</sup> de área construída, com equipamentos de última geração e ambiente automatizado. A empresa desenvolve produtos, serviços e tecnologias com base nas características do clima tropical, seguindo o propósito de Reimaginar a Agricultura Brasileira. Mais informações no site [ourofinoagro.com.br](http://ourofinoagro.com.br).



Marcelo Abdo,  
CEO da Ourofino  
Agrociência



# AÇÕES JUDICIAIS E PATENTES: UM RISCO À CONCORRÊNCIA E AO ACESSO A MEDICAMENTOS

XIV SIPID debateu os prejuízos da extensão judicial da vigência de patentes para o mercado farmacêutico

O excesso de ações judiciais e litigância envolvendo patentes apresenta riscos ao bom funcionamento do Sistema Nacional de Patentes, à livre concorrência no mercado farmacêutico e ao acesso da população a medicamentos, alertaram especialistas durante o XIV Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento (SIPID). Realizado anualmente pela ABIFINA, o evento aconteceu em 23 de novembro, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no Rio de Janeiro, marcando o retorno ao formato presencial.

No já tradicional fórum de debate entre governo, indústria e academia estiveram reunidos representantes de instituições importantes para o fomento e fortalecimento do Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), além de especialistas nos temas de propriedade intelectual e patentes relativas ao segmento. O CEIS é considerado estratégico para o desenvolvimento do País, e a proteção patentária merece especial atenção de todos os atores da cadeia, como apontado na mesa de abertura.

O vice-presidente da Firjan, Carlos Fernando Gross, ressaltou a relevância da indústria da química fina para a economia nacional. Da mesma forma, o presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, destacou a importância da segurança jurídica, especialmente para a indústria farmacêutica, enquanto Júlio César Moreira, presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), reforçou o compromisso do Instituto

de simplificar processos para impulsionar o crescimento consistente da indústria. Já o superintendente da área de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), João Pieroni, defendeu que a propriedade intelectual esteja articulada a todas as ações do banco.

## COMBATE À JUDICIALIZAÇÃO

O primeiro painel concentrou-se nas ações judiciais de patentes farmacêuticas e suas consequências para a produção, comercialização e o acesso a medicamentos. Diversas estratégias têm sido adotadas no Brasil e no mundo para ampliar o monopólio e aumentar os ganhos de grandes produtores de medicamentos. Ana Claudia Oliveira, especialista em Propriedade Intelectual na ABIFINA e moderadora do debate, alertou para o risco das ações que buscam prorrogar, via decisão judicial, o prazo das patentes farmacêuticas para além da previsão

legal. Tais ações cresceram no Brasil após a decisão do STF que determinou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (LPI).

Para ela, são especialmente preocupantes as chamadas ações PTA (sigla em inglês para ajuste de prazo de patente), que buscam compensação na vigência da patente quando há demora na concessão do direito por parte do órgão responsável – um mecanismo não existente no ordenamento jurídico brasileiro. “Essas ações conturbam nosso sistema de propriedade intelectual. A briga hoje da ABIFINA, da PróGenéricos e da FarmaBrasil é contra o abuso do sistema de propriedade intelectual, para que, ao final dos 20 anos, o monopólio caia e possam ser lançados medicamentos genéricos e biossimilares”, defendeu.

Outra estratégia amplamente adotada para extensão de patentes é a prática do *evergreening*, por meio da qual empresas registram diversas patentes associadas à patente da molécula original, criando proteção adicional a matérias como polimorfos, formulações, processos de fabricação e métodos terapêuticos. O tema foi abordado na palestra do diretor-executivo do South Centre, Carlos Correa, painelist principal da primeira mesa. Correa apresentou diversos estudos mostrando como o *evergreening* tem sido usado para estender artificialmente a proteção patentária de um mesmo produto por décadas, como é o caso da insulina. Ele explica que o objetivo é manter os preços altos sem sofrer com a concorrência, devido ao atraso na produção de genéricos, o que prejudica o acesso a medicamentos mesmo em países desenvolvidos.

Ele defende que é obrigação dos governos coibir a prática, pois ela “tem impacto negativo não só nas políticas públicas, mas também afeta radicalmente o acesso à saúde pública”. O executivo cita como exemplo a Argentina, que em 2012 estabeleceu parâmetros rigorosos para a concessão de patentes do ponto de vista da atividade inventiva. Desde então, mais de 90% dos pedidos de patentes têm sido negados anualmente no país, e a contestação por via judicial é baixa. Para ele, o caso pode trazer soluções a serem adotadas pelo INPI, contribuindo para reduzir a litigância contra as decisões do instituto.

Para a juíza Márcia Nunes, da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, a solução para reduzir o litígio no Brasil é favorecer o diálogo interinstitucional entre os poderes Judiciário e Executivo, possibilitando a convergência entre as decisões judiciais e os atos administrativos do INPI no que diz respeito à concessão de patentes. Além disso, a especialização da Justiça no tema da propriedade intelectual contribui para que se inibam ações abusivas contrárias ao interesse público.



Ana Claudia Oliveira (ABIFINA)

Foto: Humberto Tesol



Carlos Correa (South Centre)



Márcia Maria Nunes de Barros (JFRJ)

“É possível litigar no Rio, onde está o INPI, e no Distrito Federal, onde está sediado o Governo Federal. No Rio não temos ações PTA. Temos o TRF2, especializado no tema desde 2000 na primeira instância e, desde 2005 na segunda instância, e uma jurisprudência consolidada no viés do interesse público, não admitindo abusos”, exemplificou, referindo-se ao fato de que muitas ações têm sido iniciadas em Brasília, na busca das empresas por decisões favoráveis à extensão de patentes.

A juíza ressaltou ainda a necessidade de lidar de forma estratégica com o segredo de justiça para facilitar o acesso a processos semelhantes, especialmente com o avanço dos meios eletrônicos. E lamentou a falta de compreensão da justiça estadual sobre o tema da propriedade industrial.

Já o Procurador Federal do INPI, Antonio Cavaliere Gomes, destacou a consideração das decisões judiciais nos exames de patente pelo instituto e alertou sobre a insegurança jurídica gerada pelas ações PTA. “O que nos preocupa



Gustavo Svensson (Grupo NC)



Sérgio Frangioni (Blanver)



Adriana Diaféria (Grupo FarmaBrasil)



João Marcelo Assafim (De Lima Assafim Advogados)



Lizandra Lima (Eurofarma)



Vitor Ido (South Centre)

em relação a essas ações é a falta de previsibilidade do prazo efetivo da patente”, disse. “O que a gente busca o tempo todo é um sistema justo. Como órgão técnico, queremos transportar para o Judiciário nossa segurança técnica, para termos também segurança jurídica”, frisou.

Gomes salientou ainda a importância da interlocução do INPI com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para que as instituições possam atuar conjuntamente na fiscalização do mercado, visando à proteção dos direitos e à verificação da concorrência justa. “Queremos inserir a propriedade industrial no sistema de governo como um todo”, afirmou.

Encerrando o painel, o diretor jurídico do Grupo NC, Gustavo Svensson, defendeu um combate rigoroso às ações PTA, ressaltando o impacto negativo dessas práticas. “Essas ações promovem incerteza e têm que ser combatidas com

fervor. A Procuradoria [do INPI] já tem protestado para que haja efeitos colaterais nessas ações, pois fica barato para as empresas promoverem medidas judiciais para as quais não há efeito nenhum”, protestou. Enfatizou ainda que tais ações comprometem a saúde pública e que é necessário haver um sistema de patentes equilibrado, capaz de promover a inovação em vez de inibi-la.

## PATENTES E LIVRE CONCORRÊNCIA

No painel dedicado à defesa da concorrência e patentes farmacêuticas, o pesquisador Vitor Henrique Ido, do South Centre, abordou discussões internacionais sobre o uso do direito concorrencial para promover o acesso a medicamentos. Segundo ele, tem sido observado no mundo o crescente reconhecimento da importância da defesa da concorrência dentro do contexto da propriedade



Antonio Cavalieri Gomes (INPI)



Pedro Marcos Barbosa (Denis Borges Barbosa Advogados)

Fotos: Humberto Teski



## Novidades ABIFINA

A ocasião marcou o lançamento de dois novos Monitoramentos de Pedidos de Patentes (MPP) oferecidos pela ABIFINA a seus associados. O primeiro, MPP Cannabis, é uma aposta da entidade na expansão do mercado brasileiro de produtos oriundos da cannabis. O interesse no segmento é crescente, tanto pelo setor produtivo quanto por pacientes, e há uma grande expectativa na publicação de regulamentação mais robusta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre o tema. Já o MPP Biossimilares surge para facilitar o acesso a informações sobre medicamentos biossimilares que se encontram pulverizadas em diferentes instituições e escritórios de patentes no mundo.

Os novos produtos somam-se ao portfólio de MPPs da entidade (Agro, Bio, FDA, Saúde Animal e SUS). O serviço traz informações completas relativas às patentes, como escopo e prazo, e inclui a capacitação de colaboradores. O objetivo é ampliar o conhecimento das empresas nacionais sobre patentes, para que sejam capazes de usar esse dispositivo estrategicamente em seu plano de negócios. O anúncio foi feito por Ana Claudia Oliveira (foto), consultora da ABIFINA e sócia da 2PhD, empresa responsável pela elaboração das bases de dados de patentes da entidade.

Outra novidade – divulgada pelo presidente-executivo da entidade, Antonio Carlos Bezerra – é a formação de uma coalizão pró-acesso e pró-direito concorrencial entre ABIFINA, Grupo FarmaBrasil e PróGenéricos. A ideia é estreitar o diálogo com tomadores de decisão ao longo de 2024 para mostrar a capacidade inovadora da indústria brasileira.

intelectual, e a necessidade de inibir a expansão das chamadas medidas TRIPS-Plus.

No entanto, ele afirma que não tem havido esforço político para que a Organização Mundial do Comércio discuta melhorias ou revisões no Acordo TRIPs. Ainda assim, ele acredita que o texto do acordo já contém dispositivos e exceções que beneficiam o acesso a medicamentos e o interesse público, como o licenciamento compulsório. Na sua visão, a interpretação adequada desses dispositivos permite o controle de práticas anticoncorrenciais, sendo crucial para a saúde pública.

Ido relatou alguns casos concretos do uso do direito concorrencial para promoção do acesso à saúde. Um deles ocorreu na África do Sul, quando a cobrança de preços excessivos para medicamentos antirretrovirais chegou à comissão de concorrência do país. Devido à ação, as empresas acusadas optaram por licenciar a produção dos fármacos, reduzindo os preços. De acordo com Ido, a Comissão Europeia e autoridades de outros países também começaram a considerar a adoção de preços abusivos como uma prática anticoncorrencial.

Apesar desses exemplos, Ido considera que o uso do direito concorrencial é subexplorado e subutilizado. No Brasil, por exemplo, o CADE, que é a autoridade concorrencial, não se baseia na doutrina de preços excessivos. O pesquisador defende a criação de um modelo inovador nos países do Sul Global para garantir acesso a medicamentos, considerando a interação entre propriedade

## Prêmio Denis Barbosa

Em sua 8ª edição, o Prêmio Denis Barbosa foi concedido à juíza federal Márcia Maria Nunes de Barros, em reconhecimento pelo seu trabalho e contribuição no campo da propriedade intelectual e interesse público. É a primeira mulher a receber individualmente o prêmio.

Márcia é titular da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, especializada em matéria previdenciária e propriedade intelectual. Ela foi a primeira magistrada a admitir a ABIFINA como amiga da corte (*amicus curiae*) em ações relacionadas a patentes.

Em um discurso de agradecimento emocionado, a jurista homenageou Denis Barbosa, responsável por apresentá-la ao tema da propriedade intelectual. “A minha história na propriedade intelectual está intrinsecamente ligada à figura do grande jurista e amigo Denis Borges Barbosa. Eu tinha acabado de chegar à vara especializada em PI e não sabia nada da matéria. Um dia recebi um e-mail do professor Denis para fazer parte de um grupo de estudo. A partir daí, fui apresentada à PI em toda sua complexidade e multidisciplinaridade, e me aprofundi na área. Não parei de estudar e tentar dividir com as pessoas esse conhecimento e esse encantamento”, lembrou.

A magistrada também celebrou a entrega da honraria a uma mulher. “A igualdade de gênero não é só um imperativo urgente de justiça social, é requisito básico para desenvolvimento da nossa sociedade”, frisou.



Márcia Maria Nunes de Barros (JFRJ) e Antonio Carlos Bezerra (ABIFINA)

intelectual e defesa da concorrência. “Fica claro que questões que conformam o mercado, como transparência, propriedade intelectual e aspectos regulatórios, reúnem-se na necessidade de uma atuação mais incisiva da parte de autoridades concorrenciais”, afirma.

Os debates também abordaram a necessidade de equilíbrio entre propriedade intelectual e políticas de concorrência. A falta de rigor na concessão de patentes foi apontada como um fator que afeta diretamente o acesso a medicamentos, especialmente no Sistema Único de

Saúde (SUS). Houve apelos para a interação mais frequente entre o INPI e o CADE, visando a políticas públicas que considerem a propriedade intelectual nos direitos concorrenciais e a realidade da indústria nacional.

O presidente da Blanver Farmoquímica, Sérgio Frangioni, evidenciou os desafios enfrentados pela população no acesso a medicamentos devido à falta de rigor na concessão de patentes. “Os inovadores dizem que a patente gera novo produto no Brasil. Mas não é verdade. No Brasil, de 100% da população, somente 5% têm direito ou acesso a esses medicamentos mais caros”, argumenta. Ele lembra que 76% da população brasileira depende do SUS, onde a oferta de medicamentos com preços altos é muito restrita – quando não é inexistente. O executivo destacou ainda a disparidade na isonomia sanitária, tributária e trabalhista entre a indústria brasileira e os países asiáticos, como a Índia, afetando a concorrência e dificultando o estímulo à produção local de insumos farmacêuticos ativos.

Já a vice-presidente executiva do Grupo FarmaBrasil, Adriana Diaféria, lamentou a falta de interação frequente entre o INPI e o CADE. Ela enfatizou a complexidade da indústria nacional e a necessidade de políticas públicas que considerem essa particularidade, destacando o papel do SUS como indutor do mercado interno. “O CADE é uma figura essencial, que está com um discurso bastante distanciado da realidade do setor farmacêutico. Estamos muito próximos da atuação do Conselho, e infelizmente tivemos duas situações não favoráveis. O direito concorrenciais, e a sua relação com direito patentário, precisam ser mais bem trabalhados, para uma compreensão mais inserida no contexto brasileiro. Temos elementos que nos diferenciam dos demais países, como a presença do SUS”, afirma.

A diretora da Eurofarma Lizandra Lima também acredita que o órgão precisa se especializar melhor na indústria farmacêutica e levar em consideração o benefício econômico da população em suas decisões. “O CADE precisa conversar com outros setores, não só com a indústria farmacêutica ou só o INPI, mas também conversar com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Ministério da Saúde, e buscar o equilíbrio necessário”, defende. No seu entendimento, o consumidor é o foco primário do Conselho. Além disso, a oferta de produtos de saúde a preços mais acessíveis é importante para a sustentabilidade do sistema de saúde, especialmente o SUS. Ela lembra que mesmo países desenvolvidos, como os Estados Unidos, enfrentam desequilíbrio econômico na área da saúde devido ao custo alto de medicamentos.

Moderando o debate, o consultor jurídico da ABIFINA e sócio do escritório Denis Borges Barbosa Advogados,



Foto: Divulgação ABIFINA

## Conselho Administrativo aborda agenda estratégica com INPI

A ABIFINA estreitou o diálogo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) no fim de 2023. Em novembro, o presidente da autarquia, Júlio César Moreira, recebeu o presidente do Conselho Administrativo da entidade, Marcus Soalheiro, e a consultora de Propriedade Intelectual e Biodiversidade, Ana Cláudia Oliveira, na sede do Instituto, no Rio de Janeiro. Eles abordaram o entendimento da ABIFINA sobre o sistema de patentes e a geração de inovações, principalmente na área de biotecnologia.

Em dezembro, uma delegação do INPI participou da reunião de encerramento das atividades do Conselho Administrativo da ABIFINA em 2023. Moreira foi acompanhado dos diretores Alexandre Lopes Lourenço (Administração) e Alexandre Dantas Rodrigues (Patentes).

“Considerando que nosso País tem uma rica biodiversidade, se não protegermos as patentes biológicas estaremos deixando que estrangeiros comprem conhecimento por preços muito baixos. Depois, o País terá que pagar mais caro para obter o benefício de pesquisas feitas aqui e, muitas vezes, custeadas com recursos estatais em universidades públicas”, argumentou o presidente do INPI.

Segundo Moreira, o Instituto está comprometido com a política industrial do governo, tendo o papel de incentivar a inovação. “Sem a proteção de propriedade industrial, se a



tecnologia for boa, a empresa nacional acaba sendo comprada por uma estrangeira. Sabemos do esforço da indústria nacional para fazer pesquisa e inovação e isso deve ser protegido”, afirmou.

Já o presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Bezerra, indicou os pontos que a associação defende: o fortalecimento e a modernização da Lei da Propriedade Industrial, e o não contingenciamento da receita do INPI. “Estamos empenhados em fortalecer a atividade de propriedade intelectual no País e o INPI é parte dessa equação”.

O presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, Marcus Soalheiro, completou: “Queremos desenvolvimento local com produção nacional, o que gera postos de trabalho e renda. Esse tipo de debate é fundamental para estimular o crescimento do País”.

Pedro Marcos Barbosa, ressaltou que o momento atual apresenta uma oportunidade para a construção de um novo paradigma nas decisões do CADE, que passem a considerar a propriedade intelectual no direito concorrencial. “O perfil das nomeações [dos conselheiros] mudou muito desde os anos 1990, e isso constrói uma nova visão do CADE que pode ser refeita agora, com a nomeação do professor Levi, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)”, aposta.

Encerrando o debate, João Marcelo Assafim, sócio do escritório De Lima Assafim Advogados Associados, alertou para a necessidade de se rediscutirem os fundamentos do direito concorrencial, visando à promoção e à proteção da

competitividade nos mercados de inovação. “Se não houver um estudo concreto da academia sobre os mercados de inovação, sobre como eles funcionam, vamos ficar brincando de aplicar estrutura, conduta. Um desempenho tão velho quanto nos anos 1960, numa análise estática de concorrência por preço e não vai chegar nunca a uma condenação”, argumenta. Para ele, é preciso considerar nas decisões das autoridades concorrenciais a adoção de práticas anticompetitivas, como *sham litigation*.

O XIV SIPID teve o apoio do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), da PróGenéricos e do Grupo FarmaBrasil. 🍀



## Ana Claudia Oliveira e Marcelo Nogueira

Ana Claudia Oliveira é especialista em Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade da ABIFINA e sócia da 2PhD Consultoria. Marcelo Nogueira é sócio da 2PhD Consultoria.

# O CASO DO UXI-AMARELO NAS AÇÕES DE COMBATE AOS PRODUTOS ILEGAIS

**O**uxi-amarelo (*Endopleura uchi* Huber) é uma espécie de planta nativa da Amazônia com diversos usos indicados por conhecimentos tradicionais associados ao seu patrimônio genético. Sob diversas formas, povos indígenas e comunidades tradicionais utilizam a espécie vegetal, inclusive comercializando preparos e misturas contendo a planta. Este uso é legítimo e necessário por diversas razões. Entretanto, algumas empresas têm se apropriado destes conhecimentos da medicina tradicional, agindo ilegalmente, para comercializar produtos naturais irregulares com aparência de medicamentos. Elas se aproveitam de uma interpretação jurídica e técnica que evita a incidência das exigências regulatórias e ignora a legislação brasileira específica. Como consequência, consumidores portadores de diversas enfermidades ficam expostos a produtos irregulares, fora dos padrões sanitários, que são comercializados pela internet diariamente, inclusive por meio de grandes portais de comércio eletrônico do Brasil.

O artigo “O caso do uxi-amarelo (*Endopleura uchi* Huber)<sup>1</sup>: da biodiversidade brasileira para a comercialização fraudulenta no Brasil”, publicado no número temático de Propriedade Intelectual da Revista Fitos (Fiocruz), em janeiro de 2024, traz um estudo de caso de *e-commerce* de produtos naturais com produtos à base de uxi-amarelo. Os resultados indicaram que os produtos encontrados pela fiscalização não possuíam registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nem haviam cumprido as obrigações relativas à legislação de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

O crescimento expressivo do comércio digital, que se intensificou no momento de pandemia enfrentado pelo País e o mundo, facilitou a oferta de produtos

que se confundem quanto ao seu enquadramento regulatório quando falamos de Medicamentos, Suplementos Alimentares e Produtos da Medicina Tradicional Chinesa. Apesar de todos os expressivos esforços do órgão regulador (Anvisa) no intuito de preservar a saúde da população brasileira, atualmente é possível encontrar e adquirir produtos em lojas virtuais, que irregularmente são anunciados com indicações que ferem a legislação para o enquadramento a que se propõem ou, ainda, informam uma classificação em categorias de produtos que infringem a determinação do órgão regulador. Diante deste cenário, é possível identificar um grande problema de saúde pública, devido ao número de pessoas que consomem estes produtos através da

busca espontânea, influenciados pela mídia digital ou ainda pela indicação de colegas, sem a essencial recomendação e avaliação de um profissional habilitado e especializado para tal.

Os produtos são classificados falsamente como suplementos alimentares ou da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), ou mesmo vendidos sem ter o devido registro no País. As vendas ilegais se configuram de diferentes formas: pelo uso, nos produtos anunciados, de substâncias nunca avaliadas e aprovadas pela Anvisa; composições irregulares; falta de identificação de procedência; livre oferta de produtos que deveriam exigir receita médica; alegações falsas ou confusas sobre os efeitos terapêuticos (como prevenção do câncer ou cura de infecções), entre outras situações. Essas práticas ilegais não se restringem apenas aos produtos de origem natural, mas, também, aos medicamentos sintéticos, de forma que as medidas propostas aqui poderiam ter impacto sobre estes crimes de forma transversal. A comercialização de produtos sem registro traz enormes prejuízos para a cadeia produtiva e para o meio ambiente. Hoje já se sabe que a presença de árvores nativas de uxi é bem menor do que há algum tempo, dada a destruição indiscriminada das matas amazônicas. O cultivo sem manejo adequado tende a piorar essa situação, podendo levar à extinção da espécie. Para os povos indígenas e comunidades tradicionais que usam a espécie como um item da sua “farmacopeia”, esta extinção significa ficar sem remédio para uma ou mais enfermidades e sintomas para os quais é indicada.

Além das infrações descritas acima referentes à legislação sanitária, está sendo também infringida a legislação de acesso ao patrimônio genético (PG) e aos conhecimentos tradicionais associados (CTA). São infrações que envolvem não apenas o descumprimento das obrigações acessórias do sistema de gestão do PG e dos CTA, mas, principalmente, a ausência de repartição de benefícios, que furta do País a possibilidade de fortalecer o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, que fomenta ações de preservação da biodiversidade e promove a inovação biotecnológica.

Os produtos irregulares que supostamente utilizam extratos vegetais não possuem qualquer comprovação de segurança e eficácia, de acordo com o exigido pelo arcabouço regulatório, colocando em risco a saúde da população e a efetividade de seu tratamento. Além disso, trazem alegações ilícitas de

**“Algumas empresas têm se apropriado destes conhecimentos da medicina tradicional, agindo ilegalmente, para comercializar produtos naturais irregulares com aparência de medicamentos. Elas se aproveitam de uma interpretação jurídica e técnica que evita a incidência das exigências regulatórias e ignora a legislação brasileira específica”**

efeitos terapêuticos, caracterizando diversos tipos penais. Não raro esses produtos são retirados do mercado, sendo reintroduzidos com novos nomes e enquadramentos sanitários.

Para enfrentar esse cenário, entidades representativas de área da saúde, em conjunto com a ABIFINA, mobilizaram-se e formaram um Grupo de Trabalho (GT) que monitora esta prática que, além de ilegal, traz grave risco à saúde da população brasileira. Esse e outros casos têm sido relatados ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), conselho do qual a ABIFINA faz parte e que tem a missão de propor e coordenar ações públicas e privadas para prevenir e combater a pirataria e os delitos contra a propriedade intelectual.

O exemplo do uxi-amarelo explicita como o Brasil tem sido afetado pelo comércio ilegal de produtos fraudulentos e como o País perde a oportunidade de desenvolver medicamentos fitoterápicos seguros e eficazes a partir de sua própria biodiversidade, ainda afetando os provedores de conhecimentos tradicionais, que deixam de receber a repartição justa e equitativa prevista pela Convenção de Diversidade Biológica, pela Lei de Biodiversidade e pelo Protocolo de Nagoya. ●●●

1. Oliveira ACD, Nogueira M. O caso do uxi-amarelo (*Endopleura uchi* Huber): da biodiversidade brasileira para a comercialização fraudulenta no Brasil. *Rev Fitos*. Rio de Janeiro. 2024; Supl(1): e1517. e-ISSN 2446.4775. Disponível em: <<https://revistafitos.far.fiocruz.br/?journal=revista-fitos&page=article&&op=view&path%5B%5D=1517>>.

# PAINEL DO ASSOCIADO

## Cristália lança primeiro simulador de anestesia raquidiana

O Cristália planeja lançar o primeiro Simulador de Treinamento de Raquianestesia do mundo no início deste ano. A inovação traz uma metodologia inédita desenvolvida pelo laboratório para treinar médicos e estudantes na aplicação de anestesia raquidiana – modalidade anestésica mais usada no Brasil. A empresa já deu entrada no pedido de patente do modelo simulador.

O simulador está em fase de aprimoramento e o Cristália convidou anestesiológicos a testarem e sugerirem melhorias. “A aprendizagem acontece pela prática de exercícios que retratam as situações do cotidiano do anestesiológico, com alto grau de realidade em um ambiente seguro. Isso permite discussões científicas a respeito do tema e o aprimoramento de habilidades e atitudes na prática profissional”, explica Flávia Tescari, gerente médica do Cristália

Desenvolvido ao longo de dois anos de pesquisa, o Simulador usa tecnologia responsiva e consegue mimetizar as respostas do organismo humano em tempo real, permitindo que o desfecho do procedimento em treinamento seja fielmente reproduzido.

Um sistema de sensoriamento embutido entre o modelo físico e a injeção de anestesia raquidiana, tanto na região lombar como na torácica, junto com um software na seringa e na agulha, permitem a comunicação e a interpretação de dados, fornecendo orientações para a realização do procedimento.



Foto: Divulgação Cristália

## EMS investe em logística própria e inova

A EMS está investindo mais de R\$ 11 milhões em tecnologia de automatização logística e ampliação de infraestrutura para alavancar em 30% a sua capacidade de expedição. O objetivo é alcançar 100 milhões de unidades de medicamentos expedidos mensalmente. Os aportes são destinados para a Snellog, operadora logística própria e dedicada da companhia, com sede em Jaguariúna (SP), de onde saem os produtos para o mercado interno e externo.

Os recursos vão também para inovações. O primeiro investimento, de R\$ 2,3 milhões, está sendo empregado no desenvolvimento, pela Snellog, de oito esteiras automáticas para identificar, conferir e despachar produtos. A novidade inclui um software exclusivo de gestão e automatização de tarefas.

As esteiras, únicas no mercado, foram criadas com base nas necessidades, metas de crescimento e realidade de negócio da farmacêutica. “Criamos um equipamento que faz leitura ótica da etiqueta, confronta com o pedido do cliente e identifica a caixa para ir direto à transportadora”, conta Marcelo Zambom, diretor de logística da

Snellog. “A iniciativa colabora para que a empresa mantenha a qualidade e pontualidade nas entregas, ao mesmo tempo em que diversifica e amplia o volume de seus negócios”, complementa.

A EMS investe ainda outros R\$ 9 milhões na expansão em cerca de 35% da planta de armazenagem da Snellog, com a inauguração de quatro novos centros de distribuição com 20 mil m<sup>2</sup>, que vêm se somar à área já existente de 55 mil m<sup>2</sup>. A farmacêutica conta ainda com um centro de distribuição de 12 mil m<sup>2</sup> em Hortolândia (SP), onde fica o complexo industrial da companhia.



Foto: Divulgação EMS

## Operações da Blau Farmacêutica crescem no mundo

A Blau Farmacêutica avança no seu plano de expansão da capacidade produtiva e do portfólio em 2024. A empresa lançará mais oito novos produtos, com mercado potencial de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Além disso, o projeto de desenvolvimento e produção de anticorpos monoclonais com a Similis Bio segue o cronograma estipulado e a parceria comercial e produtiva com o Laboratório Bergamo deve começar nos próximos meses.

“Essa união (com o Bergamo) permitiu termos um dos portfólios mais completos no segmento onco-hemato, com uma das maiores capacidades produtivas do Brasil e um mercado endereçável total de aproximadamente R\$ 10 bilhões”, explica Marcelo Hahn, CEO da Blau Farmacêutica.

Para sustentar o crescimento, a nova planta P210, em Cotia (SP) – voltada para produção de medicamentos do dia a dia hospitalar –, ampliou o volume produzido, reduziu o custo unitário e impulsionou o crescimento de receita da Unidade de Especialidades. São duas linhas de produção de injetáveis com alta velocidade e capacidade produtiva de até 12 medicamentos.

“Nossa unidade localizada em Goiás está em processo de *ramp-up* e passou a operar com três turnos. Em paralelo, a planta de IFAs (P400) está em obras de expansão para a produção dos anticorpos monoclonais”, detalha Hahn.

No pilar estratégico de verticalização, a Blau acelera as operações nos Estados Unidos em seus diversos centros de coleta de plasma e amplia o número de doadores, além de ter obtido todas as licenças para o funcionamento do Centro North Miami a partir de 2024.

No pilar estratégico de fusões e aquisições, a Blau investiu, no final de agosto do ano passado, 50 milhões de euros na Prothya, empresa holandesa com mais de 65 anos de experiência no setor. “São duas plantas produtivas, em Bruxelas e Amsterdã, com capacidade de fracionamento superior a 3 milhões de litros de plasma/ano, quatro centros de coleta na Hungria, além de um centro próprio de pesquisa com um longo legado de inovação e produtos de sucesso”, destaca Hahn.



Foto: Divulgação Blau

# ABIFINA EM AÇÃO

## ABIFINA leva debate sobre combate ao mercado ilegal à Câmara

A ABIFINA se mobilizou ao longo de 2023 para pautar cada vez mais o tema do combate ao mercado ilegal de produtos químicos. A entidade participou das reuniões mensais do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Química (IdQ), colegiado que gere as ações da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica), provocando os debates. Com isso, foi convidada para participar da organização de um evento sobre o assunto promovido pela FPQuímica, em setembro, na Câmara dos Deputados.

O evento discutiu os impactos negativos para saúde pública, indústria, comércio e meio ambiente do mercado ilegal. A programação reuniu palestrantes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP),

do Ministério da Agricultura e Pecuária, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A ABIFINA participou da mesa de abertura, representada por Fernanda Costa, responsável pelas áreas de comércio exterior e cadeia química da entidade. Desde o início da pandemia, a ABIFINA tem se dedicado ao combate do mercado ilegal de produtos da química fina.

Fernanda enfatizou a importância da conscientização sobre produtos irregulares. Também destacou os esforços da ABIFINA para combater a pirataria no setor, incluindo a criação de cartilhas educativas e o estabelecimento do observatório de produtos ilegais para defensivos agrícolas.

Ela apresentou dados alarmantes: somente no primeiro semestre do ano passado, 210 toneladas de defensivos agrícolas ilegais foram apreendidas, com destaque para herbicidas e inseticidas específicos.



Foto: Divulgação ABIFINA

## Engajando instituições no tema

A ABIFINA também avançou na atuação como membro do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP). Em setembro, a reunião extraordinária do CNCP teve como principal pauta a discussão sobre a atualização do Decreto 9.875/2019, que dispõe sobre o próprio Conselho. O combate aos produtos ilegais foi tratado na reunião de sua Comissão Especial de Saúde no dia 15 de dezembro, liderada pela relatora Cristina Dislich Ropke, diretora para Assuntos da Biodiversidade da ABIFINA.

Uma novidade no tema foi a ABIFINA integrar a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Combate à Pirataria do Comitê Empresarial de Propriedade Intelectual da

Confederação Nacional da Indústria (CNI), em outubro. Foram apresentados os membros do Grupo de Trabalho e a proposta de elaboração de um plano de trabalho conjunto. A ABIFINA foi convidada a realizar uma breve exposição de medidas adotadas internamente no combate aos produtos ilegais no Brasil.

Já em novembro, o tema foi abordado na reunião técnica conjunta da Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB) e do Grupo de Trabalho sobre Comércio Justo, ambos da CNI, com pauta dedicada à atualização sobre a atuação do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX). Lucas Spadano, consultor da CNI, mostrou como outros países vêm lidando com as práticas de fraude e propostas para aprimorar as práticas de combate.



## Buscando soluções para o segmento agroquímico

Para debater os desafios emergentes da indústria de defensivos agrícolas no Brasil, uma comitativa da entidade se reuniu em Brasília em setembro com o secretário Uallace Moreira Lima, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Pela

ABIFINA, participaram Antonio Carlos Bezerra, presidente executivo, Thais Clemente, vice-presidente Agroquímico, e Marcelo Abdo, CEO da Ourofino Agrociência.

A tônica da conversa foi o declínio da produção nacional e o aumento das importações de produtos

formulados, além do Custo Brasil e das questões regulatórias. A ABIFINA acredita que a colaboração com o MDIC é crucial para identificar soluções e assegurar um futuro promissor para a indústria, beneficiando a agricultura e os consumidores brasileiros.

## Panorama das atividades

A ABIFINA conduziu diversas ações entre setembro e dezembro nos segmentos agroquímico e de saúde animal. A seguir, um resumo dos principais acontecimentos.

**Isonomia regulatória** - o presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Bezerra, apresentou a entidade a Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC. Na reunião, realizada em novembro, Marcelo Abdo e Norival Bonamicci, da empresa associada Ourofino Agrociência, citaram a preocupação com a falta de isonomia regulatória, uma vez que as empresas produtoras no Brasil seguem todas as obrigações, mas o produto importado diretamente pelo agricultor não passa por fiscalização. Assim, muitas vezes não é possível atestar a qualidade e a segurança do produto.



**Regulação** - a ABIFINA participou da reunião do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em outubro, para atualizar o setor privado sobre diversos assuntos: projeto de Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD); passivo de processos; desburocratização de alteração de registro; as Instruções Normativas relativas a espécies exóticas, invertebrados exóticos usados como agentes de controle biológico e lista de espécies microbianas; e a reavaliação toxicológica do Tiametoxan, Fipronil, Imidacloprido e Clotianidina.

**Tiametoxan** - a consulta pública do Ibama sobre a avaliação de risco ambiental do ingrediente ativo para insetos polinizadores mobilizou a ABIFINA. O posicionamento enviado pela entidade aponta que o produto é de extrema importância para a agricultura brasileira e, se usado corretamente, apresenta segurança. Além disso, sua proibição incentivaria o mercado ilegal.

**Produtos veterinários** - as reuniões extraordinárias da Câmara de Insumos Agropecuários (CTIA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em outubro e novembro, abordaram regulamentações da área. Um dos pontos foi a revisão do Decreto 5.053, de 22/04/2004, que aprova o Regulamento de Registro, Emprego e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos relacionados. Sobre isso, a ABIFINA apontou a necessidade de melhorias. Outros temas foram a legislação de autocontrole e a demora nos processos de registro.

**Risco ambiental** - a associação participou do "2º Workshop sobre bases técnico-científicas da Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos", em novembro. O evento debateu as pulverizações dos formulados, além de apresentar iniciativas sobre educação ambiental vinculadas ao tema.

**Risco ocupacional** - Bezerra falou sobre a importância de proteger a saúde dos operadores e trabalhadores que lidam com os defensivos agrícolas na abertura do workshop "Avaliação do Risco Ocupacional", realizado pelo Instituto de Regulação e Sustentabilidade Agro em Brasília, em setembro.



## ABIFINA participa de preparação da política industrial

O presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, Marcus Soalheiro, e o presidente executivo, Antonio Carlos Bezerra, estiveram no lançamento da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, que aconteceu em setembro, em Brasília. Dirigentes de empresas associadas à ABIFINA também participaram. A estratégia dá base para a nova política industrial brasileira, tema da Matéria Política desta edição (ver na pág. 12).

Na ocasião, o governo normatizou o Comitê Deliberativo e a Comissão Técnica de Avaliação no âmbito do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), além do Fórum de Articulação com a Sociedade Civil (FAS), do qual a ABIFINA faz parte. O objetivo do FAS é assessorar o Grupo Executivo do Complexo Econômico e Industrial da Saúde na formulação de políticas públicas.

O evento contou com as presenças do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin. A ministra da Saúde, Nisia Trindade, ressaltou que a judicialização de tratamentos de saúde não disponíveis no Brasil soma R\$ 2 bilhões e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) contribuirão para enfrentar a situação. O governo busca articular as políticas públicas com o uso do poder de compra do Estado, em um investimento total previsto de R\$ 42,1 bilhões, incluindo R\$ 23,2 bilhões do setor privado.

Outros trabalhos preparatórios da nova política industrial foram conduzidos. O Ministério da Saúde elaborou a

Matriz de Desafios Produtivos e Tecnológicos, estruturada em dois blocos: preparação do Sistema Único de Saúde (SUS) para emergências sanitárias e doenças e agravos críticos para o SUS. A ABIFINA, enquanto membro do FAS, encaminhou suas contribuições.

Em dezembro, a ministra da Saúde assinou quatro portarias estabelecendo a Matriz e programas estruturantes. Isso incluiu a abertura de duas consultas públicas para estimular a participação social na elaboração de políticas para o setor. Elas tratam dos Programas de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) e de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs).

As consultas públicas foram amplamente discutidas pela ABIFINA com os associados no Comitê de Relações Governamentais. Foram duas reuniões em dezembro que abordaram questões de governança, propriedade intelectual, cronogramas, ausência da garantia de compra e mecanismos de controle de concorrência de mercado. Em janeiro, será realizada uma nova rodada de discussões. Os prazos finais para essas Consultas Públicas foram prorrogados até 8 de fevereiro.

Ainda para a formulação da política industrial, a ABIFINA participou das oficinas promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) relacionadas à Missão “Complexo econômico e industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde”, em outubro.

## Somando esforços

A ABIFINA participou do seminário promovido em setembro pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) intitulado “Saúde e Soberania”, demonstrando seu compromisso com as discussões estratégicas do setor. A partir dessa atividade, a associação pediu para ser incluída no grupo de trabalho do banco que iria elaborar propostas para a política industrial. Convite aceito, o BNDES realizou, em novembro, uma oficina para a ABIFINA e seus associados visando iniciar os trabalhos. O foco foi o desenvolvimento da indústria farmacêutica e farmoquímica no Brasil.



# Parcerias impulsionam ações da ABIFINA para o setor farmoquímico

A terceira edição do Seminário Internacional de IFAs, em dezembro, formalizou duas iniciativas estratégicas para a ABIFINA. A primeira foi a assinatura do Termo de Cooperação entre a entidade, a Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (Abifisa) e a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi). A segunda foi a assinatura do Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação entre ABIFINA, Fiocruz e Abiquifi.

A parceria com Abifisa e Abiquifi marca a formação da Coalizão Fitoterápicos. Ela tem como objetivo fortalecer o setor de fitoterápicos,

aproveitando a diversidade biológica do Brasil. As metas são: promover o uso desses produtos no Brasil, desenvolver inteligência de mercado, propor e analisar políticas públicas, defender a promoção da saúde da população e combater a concorrência desleal e a circulação de produtos irregulares.

Já a parceria de pesquisa com a Fiocruz e a Abiquifi dá continuidade ao trabalho iniciado em 2020 e visa desenvolver estratégias para incentivar o setor farmoquímico nacional. O plano de trabalho tem 15 metas a serem alcançadas até setembro de 2025. As propostas levantadas serão, ao final do projeto, encaminhadas para os órgãos de governo e entidades envolvidas no tema.



“Estamos empolgados e totalmente comprometidos em contribuir para o avanço e a inovação desses setores que compõem a cadeia farmacêutica. Estamos olhando para um futuro promissor”, afirmou Antonio Carlos Bezerra, presidente executivo da ABIFINA.

## Regulatório

A ABIFINA discutiu com os associados do Comitê Farmo e com a Anvisa temas de mudanças regulatórias. Veja a seguir quais foram eles e os posicionamentos da entidade.

Tema	Ação da ABIFINA
<b>Construção da Agenda Regulatória</b>	A ABIFINA contribuiu para a construção da Agenda Regulatória da Anvisa para 2024 e 2025. As sugestões vão auxiliar a tomada de decisão da Anvisa sobre as prioridades regulatórias dos próximos anos, além de promover um ambiente regulatório eficiente e alinhado com as necessidades do setor. A agenda regulatória foi publicada em dezembro de 2023 no Diário Oficial da União (DOU)
<b>Registro de biossimilares pela via de comparabilidade</b>	Participou das rodadas de discussão promovidas pela Anvisa sobre a consulta pública (CP) relativa à alteração da RDC 55/2010. Também realizou reuniões do Comitê Farmo para definir as contribuições para a CP. O tema é fundamental para a segurança, eficácia e acessibilidade de medicamentos biológicos no mercado. A Anvisa publicou a lista de alterações recebidas. Falta o resultado final da consulta pública.
<b>Bula eletrônica</b>	Participou de diversas reuniões com a Segunda Diretoria da Anvisa e apresentou suas considerações, em conjunto com outras entidades, para a proposta da “bula digital”. A Lei 14.338/2022 estabelece as diretrizes transitórias para a implementação de Informações Eletrônicas sobre Produtos (IEP) e dispensa da bula em papel nas embalagens de determinados medicamentos. A consulta pública (CP 1224) está aberta até março de 2024.
<b>Similares Únicos de Mercado</b>	Realizou reunião do Comitê Farmo sobre o Edital 19/2023, a respeito dos Similares Únicos de Mercado e os entraves regulatórios para a inovação.

## Seminário da Anvisa sobre IFAs

A especialista em Assuntos Regulatórios da ABIFINA Marina Moreira participou da mesa redonda “O cenário de IFAs no Brasil e no mundo”, dentro do Seminário CADIFAS, promovido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em Brasília, em novembro. O evento debateu os resultados alcançados desde a entrada em vigor da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 359/2020, que estabeleceu o Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (Difa) e a Carta de Adequação de Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (Cadifa).



## Vitória na regulação de bulas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou no fim do ano passado a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 831/2023, que estabelece as novas regras relativas às bulas de medicamentos genéricos e similares. A ABIFINA defendeu essa pauta em diversas reuniões com o órgão e outras entidades setoriais, inclusive assinando o ofício articulado pela Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos).

A decisão da Anvisa se pautou no entendimento de que não há conflito jurídico na diferenciação das bulas quando se tratar de medicamentos genéricos e similares relativos aos de referência que recebam proteção de patente de segundo uso. Medida semelhante é adotada nos EUA e na Europa.

Na visão da ABIFINA, a medida trouxe mais segurança jurídica e vai auxiliar na convergência regulatória internacional, ampliando o acesso a esses produtos pela população brasileira.

## Webinar aborda patenteabilidade de invenções biotecnológicas

As diretrizes de exame de patentes de biotecnologia precisam ser atualizadas constantemente a fim de acompanhar a rápida evolução tecnológica da área. Essa é uma das conclusões do “Estudo comparativo sobre normas e critérios de patenteabilidade de invenções biotecnológicas”, conduzido por Ana Claudia Oliveira, especialista em Propriedade Intelectual, Inovação e Biodiversidade. Para alguns usuários, o escopo da proteção deve ser mantido tal como é hoje, enquanto outros defendem que a patenteabilidade pode ser expandida para proteger partes de seres vivos com o objetivo de fomentar negócios em bioeconomia.

Ana Oliveira apresentou a pesquisa em um webinar promovido pela entidade em setembro. Após sua fala,



Foto: Divulgação ABIFINA

## Temas de propriedade intelectual em destaque

O Comitê de Propriedade Intelectual da ABIFINA analisou dois estudos sobre *Data Protection* apresentados na reunião de setembro. Um deles foi feito pelo Instituto de Inovação em Bioeconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), custeado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O segundo é da Copenhagen Economics, financiado pela Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Outro assunto tratado em outubro pela entidade na área de propriedade intelectual foi a Tomada Pública de Subsídios (TPS) 01/2023, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Técnicos da Diretoria de Patentes do INPI explicaram para a ABIFINA o objeto da TPS, que é a revisão normativa dos procedimentos e prazos para requerimento do exame técnico e emendas em pedidos de patentes.



representantes de empresas associadas debateram o assunto: Amanda Lobarto, do Libbs e diretora de Propriedade Intelectual e Inovação da ABIFINA; Cíntia Reis, de Bio-Manguinhos; e Simone Rosatto, do Cristália.

O estudo foi encomendado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no âmbito do projeto “Construção de uma estratégia nacional e regional para o desenvolvimento e adoção de tecnologias sustentáveis”. O projeto é liderado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e executado pela Cepal, com apoio da União Europeia, por meio do Programa EUROCLIMA+.

## Entidades pedem acesso a dados oficiais de comércio exterior

A dificuldade de obter dados de mercado e de comércio exterior no setor farmoquímico e farmacêutico foi tema de conversa entre a ABIFINA e outras entidades com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços em novembro. As entidades destacaram os principais desafios, especialmente após a interrupção do sistema Siscori, que fornecia dados que permitiam monitorar o mercado e ajudar no combate a fraudes, além de terem desempenhado papel crucial no desenvolvimento de políticas públicas.

Segundo a Receita Federal, o Siscori disponibilizava informações de caráter econômico-financeiro que, portanto, deveriam ser protegidas por sigilos fiscal e comercial. Além disso, o sistema não atendia à legislação de proteção de dados pessoais. As entidades do setor farmoquímico e farmacêutico querem uma solução para terem acesso aos dados.

## Biodiversidade em pauta

A ABIFINA realizou diversas atividades na área de biodiversidade entre setembro e dezembro de 2023. Com relação ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), o principal assunto do período foi o acesso ao conhecimento tradicional associado e ao patrimônio genético obtido de fontes secundárias. Após pedido de vista da Confederação Nacional da Indústria, o assunto foi retirado de pauta e será tratado dentro de um Comitê em 2024. A ABIFINA também participou da 5ª Reunião da Rede de Biodiversidade, coordenada pela CNI, e realizou a segunda edição das oficinas MPP DAY e do Sisgen DAY. Esses treinamentos fazem parte das metas da ABIFINA para a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

## Comércio exterior

A ABIFINA acompanhou uma série de discussões relacionadas ao tema. Confira.

Assunto	Ação da ABIFINA
<b>Negociações de acordos internacionais</b>	Encaminhou, em dezembro de 2023, propostas para as consultas públicas sobre as negociações do Mercosul com os Emirados Árabes Unidos e com a República da Índia. A entidade registrou suas preocupações quanto aos possíveis problemas ocasionados pelos acordos ao setor de saúde brasileiro. A ABIFINA também acompanhou as discussões e avaliou eventuais impactos do acordo Mercosul-Singapura, assinado em dezembro. Participou, ainda, da agenda de debates conduzida pela Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) com o governo sobre as perspectivas das negociações extrarregionais do Mercosul, durante a Presidência Pro Tempore do Brasil no bloco.
<b>Consulta Empresarial do Mercosul</b>	Participou da Consulta Empresarial do Mercosul, pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os resultados foram apresentados em setembro na reunião técnica conjunta da CEB e da Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB).
<b>XI Fórum Empresarial do Mercosul</b>	Participou, em novembro, do principal evento paralelo no âmbito da Cúpula dos Chefes de Estado dos Estados Partes do Mercosul. O objetivo foi estreitar o diálogo entre o setor público e o setor privado de modo a incentivar a integração regional para uma economia sustentável.
<b>LPCO e Licença de Importação</b>	Acompanhou as atualizações sobre o novo sistema integrado para anuência de importação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, obtendo orientações em evento da Anvisa sobre LPCO (Licença, Permissão, Certificado e Outros Documentos) e a Licença de Importação (LI).
<b>Workshop “Sistema de aquisições da ONU no Setor Saúde”</b>	Esteve presente no evento promovido pelo Ministério da Saúde, a Agência Brasileira de Promoção das Exportações (ApexBrasil) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). O objetivo foi identificar as principais dificuldades das empresas brasileiras nas compras de produtos de saúde pelo sistema de aquisições da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o MDIC, as informações reunidas no evento vão auxiliar na estruturação de um curso de capacitação.
<b>Programa Selo Verde Brasil</b>	Contribuiu para a consulta pública sobre o Programa Selo Verde, que é uma iniciativa do governo federal para criar uma estratégia nacional de avaliação de conformidade e certificação de produtos e serviços brasileiros sustentáveis. Espera-se que o Selo Verde funcione como um “passaporte para exportar”, uma certificação única que ajudará exportadores a comprovarem o cumprimento de normas ambientais dos principais mercados internacionais.

# Confira as atividades de representação institucional da ABIFINA

Juliana Megid, vice-presidente de Planejamento Estratégico da ABIFINA, representou a entidade no XI Fórum Empresarial Mercosul, em novembro, em Brasília. O evento discutiu as estratégias e desafios tanto locais como regionais para o Complexo Econômico e Industrial da Saúde.



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Mario Marques



A importância da produção local no enfrentamento das crises sanitárias foi destacada por Marcus Soalheiro, presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, no evento comemorativo dos 20 anos da Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi), em novembro. Ele participou da sessão "Desafios atuais e futuros da inovação e do acesso a tratamentos para populações negligenciadas".

O 18º Fórum de Economia teve patrocínio da ABIFINA e contou com a participação de Marcelo Mansur, da associada Nortec. Ele falou no painel de indústria sobre a visão do setor farmacêutico e da saúde para o desenvolvimento econômico. O evento teve apresentações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A realização, em São Paulo em setembro, foi do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Arquivo pessoal



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem novo presidente. Ricardo Alban tomou posse em outubro, substituindo Robson Braga de Andrade. O vice-presidente para Assuntos Governamentais e Acesso da ABIFINA, Odilon Costa, esteve na cerimônia, em Brasília, com a presença de Geraldo Alckmin.

Odilon Costa, vice-presidente de Assuntos Governamentais e Acesso da ABIFINA, representou a entidade em reunião do Fórum Nacional da Indústria (FNI), promovida em novembro pela CNI, em São Paulo. O novo presidente da confederação, Ricardo Alban, abriu os debates sobre a nova política industrial.

O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, compôs a delegação brasileira na CPhI WorldWide, importante evento mundial do setor de saúde, realizado em Barcelona, na Espanha, em outubro. Na agenda, temas como a importância do desenvolvimento da indústria nacional de insumos farmacêuticos. O dirigente apresentou a ABIFINA para empresas e visitou os estandes das associadas Biolab, Blanver, Blau, Centroflora, Cristália, EMS, Eurofarma, ITF Chemical e Nortec.



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Divulgação CNI

# Você já conhece o "Relatório ESG na Química Fina"?

## Uma compilação das experiências bem-sucedidas dos Associados da ABIFINA nos campos ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês)

### NOSSAS INICIATIVAS

No Complexo Industrial da Química Fina, as ações incluem estudos de materialidade, gestão de energia e resíduos, inovações verdes, promoção da qualidade de vida para colaboradores, diversidade e inclusão, e combate à corrupção, entre outras.

### NOSSO COMPROMISSO

A ABIFINA se empenha em fomentar o desenvolvimento tecnológico e a preservação do patrimônio genético brasileiro, alinhados com os princípios ambientais, sociais e de governança.

### UM FUTURO ÉTICO E SUSTENTÁVEL

O "Relatório ESG na Química Fina" faz parte da agenda estratégica da ABIFINA para 2023 e revela o compromisso das empresas de Química Fina em construir um futuro ético e sustentável. Este é o segundo relatório sobre o tema.



**Acesse o QRCode e faça o *download* do Relatório**

Explore iniciativas de sucesso e junte-se a nós na construção de um futuro mais sustentável e ético para todos.



# SAÚDE PARA TUDO O QUE ENVOLVE A

# Vida

**Ciência, pesquisa e desenvolvimento para que todos possam aproveitar o melhor dos dias.**

**E** stamos há 26 anos investindo em inovação para que as pessoas **vivam plenamente.** Afinal, desenvolver e comercializar medicamentos é mais do que promover saúde. É estar junto nas necessidades, sonhos e conquistas.

É estar lado a lado apoiando decisões, **compartilhando experiências.**

Por isso, neste e nos próximos anos, até mesmo nas **coisas simples da vida**, você pode contar com a Biolab.

ACESSE O SITE



**biolab**  
FARMACÊUTICA

VIVA A EVOLUÇÃO